FACULDADE
DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE
DO PORTO

O *ZEITGEIST* DA INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATÉGIA RECENTE DA UNIÃO EUROPEIA – MISSÕES VS. COMPETITIVIDADE

2025/2026 | JOSÉ LUÍS QUINTAS ATILANO

U.PORTO

FEP FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

O ZEITGEIST DA INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATÉGIA RECENTE DA UNIÃO EUROPEIA – MISSÕES VS. COMPETITIVIDADE

José Luís Quintas Atilano

Dissertação
Mestrado em Economia e Gestão da Inovação

Orientado por
Nuno Rodrigues
Luís Miguel da Costa Monteiro de Carvalho

2026

"O desempenho inovador depende de configurações institucionais e históricas específicas." *Richard Nelson*

RESUMO

A inovação ocupa uma posição central nas estratégias contemporâneas de política económica, sendo recorrentemente apresentada como motor de crescimento, competitividade e resposta a desafios económicos e societais. Partindo desta centralidade, o presente trabalho investiga a possibilidade de existência de um *zeitgeist* da inovação, entendido como uma configuração ideológico-hegemónica historicamente estabilizada que eleva a inovação a horizonte normativo da ação económica e política. A investigação procura compreender se diferentes enquadramentos estratégicos da política de inovação, no contexto da União Europeia (UE), representam efetivamente orientações divergentes ou se, apesar das suas diferenças institucionais, permanecem inscritos num horizonte ideacional comum.

Para esse efeito, é realizada uma análise comparativa de dois documentos estratégicos com elevada relevância no debate europeu: *Mission-Oriented Research & Innovation in the European Union: A problem-solving approach to fuel innovation-led growth*, de Mariana Mazzucato, e *The Future of European Competitiveness: A Competitiveness Strategy for Europe*, de Mario Draghi. O estudo adota uma perspetiva construtivista-crítica e uma abordagem qualitativa de análise de conteúdo, operacionalizada através de uma grelha analítica dedutivamente construída a partir dos conceitos de *zeitgeist*, hegemonia e seletividade estatal. A análise incide sobre quatro dimensões: arquitetura institucional e seletividade; imaginário dominante da inovação; instrumentos e mecanismos de implementação; e justificações e promessas sociais da inovação.

Os resultados identificam diferenças substantivas entre os dois documentos quanto ao papel atribuído ao Estado, às relações público-privadas e aos instrumentos de implementação. Mazzucato privilegia a orientação estratégica do Estado, a definição de missões e a coordenação entre atores, enquanto Draghi atribui maior centralidade à competitividade, ao investimento privado, aos mecanismos de mercado e à reforma regulatória. Contudo, estas divergências coexistem com uma convergência fundamental: em ambos os documentos, a inovação permanece uma categoria central e uma resposta privilegiada aos desafios económicos contemporâneos.

Conclui-se que as diferenças identificadas parecem ocorrer predominantemente no plano das mediações institucionais e dos meios de concretização, e não sobre a centralidade normativa da inovação. O *zeitgeist* da inovação não elimina o conflito político, mas tende a reconfigurá-lo: a disputa desloca-se dos fins para os meios. Isto é, de "se" inovar ou "para quê" inovar para "como" inovar, quem deve orientar esse processo e através de que instrumentos.

Palavras-chave: *Zeitgeist* da inovação; hegemonia; política de inovação; seletividade estatal; União Europeia; análise de conteúdo qualitativa.

ÍNDICE

Resumo iii
1. Introdução 1
2. Fundamentação teórica e conceptual 5
2.1. *Zeitgeist* enquanto unidade de análise 5
2.2. Hegemonia cultural e construção do consenso 6
2.2.1. Mediações culturais na moldagem do consenso 7
2.2.2. Regimes de temporalidade e antecipação 7
2.3. Imaginários, seletividade e apropriação 8
2.3.1. Imaginários económicos e seletividade estatal 8
2.3.2. Capitalismo cognitivo e linguístico 9
2.3.3. Estado, infraestruturas e apropriação privada do investimento público 10
2.4. *Zeitgeist* da inovação: hegemonia, políticas públicas e ideários normativos contemporâneos 11
3. Estratégia Metodológica 15
3.1. Métodos e ferramentas 16
3.2. Grelha de análise 17
4. Caso de Estudo: Documentos de Política Pública 19
4.1. Estruturação do caso de estudo 19
4.2. Formalização do caso de estudo 20
4.1.1. Análise lexical 20
4.1.2. Padrões de distribuição das categorias analíticas 22
4.1.3. Mapeamento de subcategorias comuns 26
4.1.4. Análise qualitativa das expressões discursivas 27
5. Discussão dos resultados 33
5.1. A inovação como horizonte comum de inteligibilidade 33
5.2. Arquitetura institucional e seletividade: diferentes conceções do papel do Estado 33
5.3. O imaginário dominante: futuro, solucionismo e naturalização da inovação 34
5.4. Instrumentos e mecanismos de implementação: a principal clivagem entre os documentos 35
5.5. Justificações e promessas sociais: a plasticidade legitimadora da inovação 35
5.6. Síntese: divergência nas mediações, convergência no horizonte ideológico 36
6. Conclusão 37

6.1. Síntese e resposta à questão de investigação 37
6.2. Contributo da investigação 37
6.3. Condicionantes e alcance dos resultados 38
6.4. Pistas para investigação futura 39
6.5. Considerações finais 40
7. Bibliografia 41
8. Anexos 43
Anexo I: Excertos codificados 43
Anexo II: Relação documentos-subcategorias 67

1. INTRODUÇÃO

A inovação desempenha um papel central no progresso científico, tecnológico, cultural, social e económico das sociedades contemporâneas (Fagerberg, 2006). Por força da sua recorrência assume um estatuto que a aproxima de um princípio normativo. Tal configura um *zeitgeist*[1] da inovação, compreensível enquanto um regime cultural de sentido que estrutura o discurso socialmente dominante, molda subjetividades e atua sobre o pensável, desejável e aceitável. Esse regime cultural de sentido reforça um estatuto privilegiado na esfera pública e nas estratégias de política económica enquanto "motor" de crescimento, competitividade e resposta a desafios coletivos (Fagerberg, 2006; Freeman, 1995). Nas últimas décadas, Governos, instituições supranacionais e organizações empresariais convergiram numa representação da inovação como categoria central da política económica (Edler & Fagerberg, 2017).

Em linha com Pérez (2009), o paradigma atual é marcado pela aceleração tecnológica, financeirização, difusão da inteligência artificial (IA) e intensificação de narrativas de disrupção[2]. Levantando a problemática sobre uma possível elevação progressiva da inovação ao estatuto de valor absoluto e horizonte normativo.

Na senda de Harvey (2010) e Mazzucato (2018b), este trabalho assume uma perspetiva crítica, partindo do pressuposto de que as políticas da inovação podem ser compreendidas como mais do que meras respostas técnicas a desafios económicos; procurando investigá-las enquanto expressões de quadros ideológico-hegemónicos[3] que estruturam a definição dos problemas, das soluções legítimas e dos atores/sujeitos envolvidos.

Conforme mostrado por Edler & Fagerberg (2017) a inovação tem relevância específica no quadro da União Europeia (UE), surgindo como resposta transversal a desafios económicos, sociais, ambientais e geopolíticos. Estratégias nacionais e documentos supranacionais coincidem na representação da inovação como solução universal, conferindo-lhe um carácter aparentemente neutro, técnico e inelutável (Pfotenhauer et al., 2019). A inovação tende a ser apresentada como uma categoria desprovida de interesses, conflitos ou pressupostos históricos. Isto é, como um mecanismo técnico e autoevidente de progresso. Esta naturalização tende a invisibilizar o conteúdo político, bem como os pressupostos normativos que orientam na definição de prioridades, seleção de instrumentos e configuração dos atores envolvidos.

A literatura sobre políticas de inovação reflete esta centralidade, predominando abordagens que privilegiam a eficácia dos instrumentos, os resultados económicos ou a capacidade institucional (Freeman, 1995; Mazzucato, 2013). Inclusive leituras críticas, ancoradas na economia política ou na geografia económica, tendem a concentrar-se nos efeitos estruturais das políticas, dedicando menor atenção aos quadros

[1] *Zeitgeist* – Apesar de "espírito do tempo" ser a tradução mais usual, em diferentes textos podem encontrar-se as expressões equivalentes "espírito de uma era", "espírito de uma época" e "consciência de uma época".

[2] Sem esgotar os exemplos, a corrida à Inteligência Artificial (IA) por organizações como a OpenAI, Anthropic, Google, Meta e o advento da Bitcoin (suportado pelo desenvolvimento da Blockchain) representam bem a corrida tecnológica e financeirização associados às narrativas de disrupção.

[3] Quadros ideológico-hegemónicos – configurações de sentido relativamente estabilizadas que delimitam o campo do pensável, do legítimo e do politicamente viável. Estas configurações serão exploradas com maior pormenor no subcapítulo 2.2, partindo de contributos de autores como Gramsci e Stuart Hall.

ideacionais que conceptualizam a inovação (Harvey, 2003; Jessop, 2007). Como resultado, a inovação é frequentemente tratada como categoria autoevidente, cuja legitimidade raramente é indagada.

Podemos apontar diferentes níveis nos quais a inovação é mobilizada como premissa, e não propriamente como objeto de problematização. Se atentarmos na *New European Innovation Agenda* (2022), a Comissão Europeia defende que a inovação é essencial enquanto motor da competitividade europeia e garante da saúde e do bem-estar dos cidadãos, acrescentando que esta contribui para moldar mercados e transformar economias. Desse modo, a inovação surge como condição transversal na prossecução de finalidades heterogéneas, adquirindo um estatuto que deixa de ser exclusivamente instrumental.

A *New Industrial Strategy for Europe* (2020) é igualmente clara ao afirmar que as transições ecológica e digital afetarão todos os setores da economia, da sociedade e da indústria, exigindo novas tecnologias e tendo como corolário investimento e inovação. Não existe uma deliberação sobre diferentes modelos possíveis de transformação; a inovação surge como uma condição necessária para a adaptação a transformações apresentadas como estruturais.

A comunicação *A New ERA for Research and Innovation* (2020) fornece uma evidência complementar ao enquadrar a investigação e a inovação como motores do crescimento da produtividade no longo prazo. Esta centralidade adquire uma dimensão ainda mais transversal com a incorporação, pela Comissão Europeia, do denominado *Innovation Principle* no processo de *Better Regulation*. O princípio estabelece que os efeitos sobre a inovação devem ser considerados na preparação e implementação da legislação da UE, passando esta a constituir um critério relevante ao longo do próprio ciclo de produção legislativa. Desse modo, a inovação deixa de surgir somente como objeto de políticas específicas, passando a informar os critérios a partir dos quais outras políticas são concebidas e avaliadas.

Consequentemente, a pergunta de investigação centra-se nas potenciais diferenças e semelhanças discursivas e institucionais que emergem quando comparados dois enquadramentos estratégicos da política de inovação da UE. Em que medida a abordagem orientada por missões de Mazzucato e a estratégia de competitividade de Draghi traduzem diferentes orientações de política de inovação, seja dentro de um *zeitgeist* comum ou alternativo.

A literatura demonstra que ideias dominantes e pressupostos partilhados estruturam a definição dos problemas, condicionando a seleção de instrumentos e os horizontes do politicamente viável, funcionando como matrizes cognitivas com efeitos materiais concretos (Blyth, 2013; Schmidt, 2020). A análise de quadros ideológico-hegemónicos é recorrente no corpo científico. Trabalhos como os de Kuhn (2012) e Peter Hall (1993) versando, respetivamente, paradigmas científicos e paradigmas de política pública; ou os estudos de Jasanoff & Kim (2013), focando nos paradigmas sociotécnicos. Todavia, a lacuna teórico-analítica deste trabalho radica no facto de não se ter identificado, na bibliografia analisada, uma aplicação sistemática e integrada destas abordagens ao estudo das políticas económicas de inovação, em particular no que respeita ao modo como diferentes enquadramentos ideacionais moldam a seletividade institucional e o espaço das políticas públicas contemporâneas.

À lacuna conceptual soma-se uma lacuna de ordem empírica. No contexto europeu, documentos estratégicos de política económica como o "Relatório Draghi" e a abordagem das políticas de missões coordenada por

Mazzucato assumem papel central na (re)definição da estratégia económica da UE. No entanto, não foram identificados, na literatura consultada, estudos comparativos que investiguem estes documentos partindo de uma mesma grelha analítica; interrogando as suas conceções de inovação, os regimes temporais mobilizados e os pressupostos normativos que informam as respetivas propostas. A ausência dessa comparação limita a compreensão crítica das continuidades e tensões no atual panorama europeu de inovação.

Partindo deste diagnóstico, o objetivo é analisar comparativamente dois documentos estratégicos à escala da UE:

I. Mission-Oriented Research & Innovation in the European Union: A problem-solving approach to fuel innovation-led growth (Mazzucato);

II. The Future of European competitiveness: A competitiveness strategy for Europe (Draghi).

Os dois enquadramentos de política pública selecionados emergiram de momentos político-económicos distintos do projeto europeu, refletindo diferentes diagnósticos sobre os desafios estruturais da UE e sobre o papel atribuído à inovação enquanto resposta a esses desafios. A abordagem I inscreve-se no contexto pós-crise financeira e climática, marcado pela crescente perceção dos limites das políticas orientadas exclusivamente para a competitividade e pelo reforço de narrativas centradas em desafios societais, sustentabilidade e ação pública orientada por missões (Mazzucato, 2018a). Já a abordagem II surge num contexto caracterizado pela intensificação da concorrência geoeconómica, pela aceleração tecnológica – nomeadamente no domínio da Inteligência Artificial (IA) — e por preocupações renovadas com o posicionamento estratégico da Europa face aos Estados Unidos da América (EUA), Federação da Rússia e República Popular da China (China) (Juhász et al., 2024).

A escolha destes dois documentos deve-se à sua relevância institucional e à sua representatividade como regimes discursivos de inovação no espaço da UE. A sua análise permite evidenciar diferenças normativas, temporais e institucionais e compreender, de forma comparativa, como imaginários distintos estruturam a seletividade estatal e o espaço das políticas públicas, influenciando horizontes e prioridades de financiamento. Permite ainda analisar a influência destes documentos na definição de orientações e prioridades da política de inovação da UE.

O foco não reside na avaliação da eficácia das políticas propostas, mas na identificação dos quadros ideológico-hegemónicos que estruturam a forma como a inovação é definida, legitimada e operacionalizada. Procura-se compreender como estes documentos concebem o papel do Estado, os atores centrais da inovação, os instrumentos privilegiados e os contributos sociais esperados.

O quadro interpretativo apresentado não é proposto como hipótese diretamente falsificável, mas como arquitetura ontológica de base heurística que orienta a seleção das dimensões analíticas, categorias e subcategorias relevantes para a interpretação do material empírico. Servindo como modelo de inteligibilidade e não como modelo de teste.

O estudo adota uma metodologia qualitativa, orientada por uma perspetiva construtivista-crítica, assente na análise de conteúdo dos documentos. Esta opção é coerente com a questão de investigação, na medida em que o objetivo central não é estabelecer hierarquias normativas entre as propostas, mas interpretar categorias e enquadramentos discursivos.

O documento segue a seguinte estrutura de capítulos: Introdução no capítulo 1; após a introdução, o capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica e conceptual, onde se enquadra e discute a teoria e formaliza o conceito de *zeitgest* da inovação. A estratégia metodológica é apresentada no capítulo 3, dando conta dos métodos e ferramentas empregues, bem como das categorias analíticas definidas. O núcleo empírico do trabalho é apresentado no capítulo 4, onde se formaliza o caso de estudo. No seguimento do caso de estudo, os resultados são discutidos no capítulo 5, aferindo as principais descobertas. Por último, no capítulo 6 visa compilar as conclusões, seja no tocante à investigação desenvolvida como potenciais linhas de trabalho futuras.

O contributo do trabalho é duplo: ao nível teórico, propõe a articulação entre economia política e análise de discurso, operacionalizando o conceito de *zeitgeist* no domínio da política de inovação; e empiricamente oferece uma leitura comparativa original de dois documentos-chave. Com isso contribui para uma maior compreensão reflexiva dos pressupostos que orientam a governação da inovação na EU, demonstrando o potencial da análise discursivo-comparativa no estudo das ideologias económicas no interior de processos formais de *policy-making*.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL

O presente capítulo visa rever, convocar e discutir os contributos essenciais na conceptualização e operacionalização do conceito de *zeitgeist* da inovação.

Conforme veremos, a relação entre ideologia e hegemonia é teoricamente modelada como um sistema dinâmico e recursivo com codependência. Assumindo a existência de pelo menos um ponto ideológico-hegemónico fixo, interpretado não como equilíbrio ótimo, mas como estabilização histórica. A partir desse ponto derivam-se padrões de seletividade estatal, espaços de políticas públicas admissíveis.

2.1. *Zeitgeist* enquanto unidade de análise

O conceito de *zeitgeist* emerge na tradição filosófica germânica como uma tentativa de captar a configuração dominante de ideias, valores e formas de interpretação que caracterizam uma época.

No trabalho de Herder, o *zeitgeist* surge como expressão cultural historicamente situada, moldando padrões normativos e morais de uma comunidade. Não sendo transcendente nem absoluto, exerce uma função disciplinadora ao estruturar expectativas, hábitos e formas de adesão social. Mesmo em contextos de rutura, o *zeitgeist* tende a cristalizar novas ortodoxias, substituindo valores anteriores sem necessidade de coerção direta (Forster, 2018).

Por seu turno Hegel sistematiza o conceito ao integrá-lo numa filosofia da história de cariz dialético. Conforme mostra Houlgate (2005), o *zeitgeist* é entendido como manifestação histórica do *geist* universal, expressão da autoconsciência coletiva de uma época. Ainda que esta leitura acarrete um elemento teleológico, oferece uma intuição fundamental: a realidade social é mediada por perceções partilhadas e linguagens comuns. O *zeitgeist* não é apenas um reflexo da realidade material, estruturando ativamente a forma como o mundo é apreendido, interpretado e transformado.

Heidegger desloca a discussão para um plano ontológico. Ainda que não utilize sistematicamente o termo *zeitgeist*, a sua reflexão sobre temporalidade (*zeitlichkeit*) e historicidade do *dasein* permitem compreender cada época como um horizonte específico de sentido que define o que é pensável, visível e possível (Wrathall, 2011). Na modernidade, esse horizonte é marcado pelo *gestell*, no qual o mundo (incluindo o humano) é compreendido como recurso (Guignon, 2006). Esta leitura é particularmente relevante para a análise da inovação, na medida em que antecipa a naturalização de uma racionalidade técnica que reduz escolhas políticas a problemas de eficiência.

Autores como Mannheim e Jaspers afastam-se de uma conceção homogénea ou determinista do *zeitgeist*. Apesar da égide de dado quadro hegemónico, coexistem nele múltiplas mundividências, potenciando clivagens internas (Czerniak, 2023; Vidauskytė, 2020). O *zeitgeist* deve ser entendido como campo de disputas, e não como essência única e totalizante.

Em síntese, Herder fornece a dimensão normativa, Hegel a sistematização histórico-dialética, Heidegger o horizonte do pensável e o domínio da técnica, com Mannheim/Jaspers a atribuírem uma noção de pluralidade interna.

Nesta dissertação, o *zeitgeist* não é mobilizado enquanto categoria metafísica ou descritiva, mas como unidade analítica que permite captar a estabilização histórica de determinados sentidos económicos e políticos, em particular no que respeita à centralidade contemporânea da inovação. Contudo, estas abordagens não incidem sobre como o *zeitgeist* é produzido, estabilizado e instrumentalizado em contextos socioeconómicos concretos; sendo por isso útil a articulação com uma teoria materialista da hegemonia.

2.2. Hegemonia cultural e construção do consenso

Para deslocar o *zeitgeist* de um plano idealista para uma perspetiva materialista crítica, é fundamental a inversão operada por Marx relativamente a Hegel. Em Marx, não é a consciência que determina o ser social, mas o inverso: as ideias dominantes emergem de condições materiais historicamente situadas (Parkinson, 1981). Cultura, ideologia e consciência possuem autonomia relativa, sendo mediadas pelas relações de produção e pelas formas institucionais que organizam a vida social.

É nesta deslocação do ideal para o material que a perspetiva gramsciana adquire relevância. Para Gramsci, a formulação de hegemonia cultural nas sociedades capitalistas implica que a dominação opere sobretudo através da produção de consenso, e não da coerção direta. A hegemonia consiste na capacidade de um bloco social liderar não necessariamente pela coerção, mas convertendo determinadas visões de mundo em "senso comum", privilegiando assim os seus interesses (Crehan, 2016). Neste sentido, o *zeitgeist* da inovação pode ser reinterpretado como resultado contingente de processos hegemónicos, nos quais ideias económicas específicas são naturalizadas e estabilizadas.

A hegemonia não é puramente discursiva, operando como uma forma de estabilização sociocultural, política e económica. Inscrevendo-se em instituições, políticas públicas, instrumentos e práticas de governação que definem determinadas mundividências como economicamente eficazes. Neste sentido, a ideologia não funciona como ilusão, mas como mediação prática entre narrativas[4] dominantes e estruturas materiais de apropriação e distribuição (Jessop, 2010).

O discurso da inovação opera ideologicamente ao apresentar escolhas políticas e económicas como respostas técnicas a constrangimentos objetivos. Esta perspetiva permite compreender como determinadas narrativas sobre crescimento, competitividade ou inovação se tornam dominantes, apresentando-se como respostas técnicas e inevitáveis a desafios estruturais (Jasanoff & Kim, 2013). A política económica deixa de ser percebida como espaço de escolha e conflito, passando a ser enquadrada como espaço da gestão racional. Com isso a política económica fica reduzida a um normativo técnico por via da inovação.

Desse modo, o *zeitgeist* da inovação funciona como uma formulação ideológica para organizar o sentido do real económico. Ao enquadrar a inovação como solução universal para problemas económicos, sociais e ambientais, secundariza as relações de poder e os interesses subjacentes à sua promoção. A hegemonia manifesta-se no *zeitgeist*, não apenas pelo conteúdo das políticas, mas pela definição do que é considerado um problema legítimo e uma solução plausível. Estas características convergem com leituras culturais que

[4] Narrativas – O termo é aqui empregue no sentido analítico para designar formas relativamente estabilizadas de organização discursiva que estruturam a interpretação de fenómenos sociais, económicos e políticos, conferindo coerência causal, legitimidade normativa e orientação para a ação coletiva. Não se trata de mera retórica, mas de dispositivos de produção e estabilização de significado (Roe, 1994).

sublinham a dificuldade contemporânea em imaginar alternativas sistémicas modelo vigente (Jameson, 1991).

2.2.1. Mediações culturais na moldagem do consenso

Para Stuart Hall, a hegemonia é contingente e instável, sendo produzida através de práticas de representação que articulam processos culturais, comunicacionais, económicos e políticos numa orgânica coerente (Sum, 2013).

O modelo de *encoding/decoding* permite compreender como discursos económicos são codificados segundo quadros dominantes e descodificados como "naturais" ou "evidentes" (Hall, 1980). As políticas públicas, relatórios estratégicos e documentos institucionais codificam determinadas interpretações da realidade a partir de posições de poder, apresentando-as como neutras ou técnicas. Embora esses discursos possam ser reinterpretados, a sua circulação e repetição institucional tende a inscrever e estabilizar significados dominantes. Tal ajuda a explicar como discursos de disrupção, empreendedorismo ou competitividade tendem a ser apreendidos como imperativos técnicos, e não como opções politicamente situadas.

Termos como "disrupção", "ecossistemas", "empreendedorismo" ou "liderança tecnológica" são frequentemente mobilizados sem definição rigorosa, funcionando como significantes consensuais que organizam o discurso político-económico. Com isso, a inovação passa a ser simultaneamente objetivo, meio e critério de avaliação das políticas públicas.

O contributo de Stuart Hall permite compreender o *zeitgeist* da inovação não como mera ideologia abstrata, mas como um regime de significação historicamente situado.

2.2.2. Regimes de temporalidade e antecipação

Para além da dimensão discursiva, o *zeitgeist* da inovação assenta num regime específico de temporalidade. A inovação opera fundamentalmente como promessa de futuro, cuja eficácia política depende da antecipação de ganhos vindouros, focando em como o tempo social estrutura as racionalidades de ação.

A distinção de Koselleck (2004) entre espaço de experiência e horizonte de expectativa ajuda a compreender a centralidade do futuro nas políticas de inovação. Políticas, investimentos e reformas são legitimados não pelo seu desempenho passado, mas por expectativas projetadas de competitividade, liderança e ganhos futuros, tornando o futuro num critério normativo do presente.

Tal relaciona-se com o conceito de presentismo advogado por Hartog (2003), impondo-se este como regime de historicidade dominante, marcado pela permanente instabilidade e pela urgência. No discurso da inovação, o presente é descrito como permanentemente obsoleto e em crise, impondo adaptação contínua. Neste contexto, a inovação surge como resposta urgente a um presente deficitário, prometendo um futuro invariavelmente adiado. Este posicionamento reforça a naturalização das políticas de inovação enquanto respostas inevitáveis à aceleração global.

Por sua vez, Rosa (2003) conceptualiza a aceleração social como mecanismo estrutural de reprodução das sociedades contemporâneas. A inovação deixa de ser exceção tornando-se norma, expressando a

necessidade de acelerar para manter a estabilidade: empresas e indivíduos são compelidos a inovar para assegurarem posições relativas. Esta lógica tem potencial para acentuar processos de financeirização, concentração de capital e seletividade estatal, legitimando reformas e implicando um carácter imperativo nas políticas públicas.

A conjugação destas três ideias caracteriza a temporalidade do *zeitgeist* da inovação: a necessidade de "escapar" para o futuro, sendo rápido num presente sempre escasso ou em crise. Passando-se a habitar um regime transiente onde a promessa futura age como legitimador da inovação.

2.3. Imaginários, seletividade e apropriação

O enquadramento da inovação enquanto eixo central das políticas económicas contemporâneas não pode ser compreendido exclusivamente a partir de instrumentos, indicadores ou resultados mensuráveis. Tal centralidade é sustentada por um conjunto de imaginários económicos, racionalidades institucionais e instrumentos que estruturam o próprio espaço de formulação das políticas públicas.

2.3.1. Imaginários económicos e seletividade estatal

As políticas públicas de inovação são informadas por imaginários económicos específicos, os quais configuram quadros interpretativos dos problemas, soluções e horizontes de ação preferenciais (Jessop, 2004). Estes imaginários não operam apenas ao nível discursivo, conformando as racionalidades institucionais e a forma como o Estado define prioridades, seleciona instrumentos e legitima intervenções.

Neste âmbito, a inovação surge como elemento central de um imaginário económico orientado para a competitividade, permanente adaptação e antecipação do futuro. Este imaginário tende a apresentar a economia como um sistema em constante mutação, sujeito a pressões globais inevitáveis, nas quais a capacidade de inovar se torna condição de sobrevivência (Jessop, 2010) – como apontado em na secção 2.2.2. O crescimento económico, a criação de emprego e a resolução de desafios societais são frequentemente articulados em torno da inovação, a qual assume um estatuto quase tautológico: inovar é simultaneamente o problema e a solução.

Conforme argumenta Jessop (2007), o Estado não é uma entidade neutra nem universal, mas um conjunto de instituições estruturalmente seletivas: favorecendo determinadas estratégias, interesses e atores em detrimento de outros. A configuração do imaginário prevalente tem, por isso, implicações diretas para a seletividade estatal.

Segundo Mazzucato (2013), no domínio da inovação, a seletividade estatal tende a priorizar políticas orientadas pela lógica de mercado; promovendo a mobilização do setor privado, a criação de mercados e formas de intervenção indireta, frequentemente justificadas em nome da eficiência, da agilidade ou da redução do risco. Estas opções privilegiam a valorização futura e a competitividade, em lugar de abordagens centradas na redistribuição ou na deliberação democrática (Harvey, 2010). A associação do crescimento e do progresso à inovação torna-a um campo particularmente propício à seletividade.

Também a técnica se relaciona enquanto mediação central na estabilização do *zeitgeist* da inovação. Esta funciona como mecanismo de legitimação, ocultando os pressupostos sociais e políticos que a estruturam. Similarmente ao notado por Heidegger (ver subcapítulo 2.1), Marx defendera já que a tecnologia cristaliza

relações sociais historicamente situadas, materializando escolhas sobre organização do trabalho, propriedade do conhecimento e apropriação do valor (Marx, 1973). No contexto da inovação, tal ajuda a compreender como escolhas políticas substantivas são naturalizadas como respostas pragmáticas a imperativos técnicos, legitimando a seletividade estatal e reduzindo o espaço das alternativas legítimas.

Neste sentido, a centralidade da inovação pode igualmente ser compreendida à luz do conceito de imaginários sociotécnicos (Jasanoff & Kim, 2013). Isto é, visões coletivamente partilhadas e institucionalmente estabilizadas sobre futuros desejáveis, nas quais projetos tecnológicos, expectativas sociais e racionalidades políticas se co-constituem. Estes imaginários atuam como dispositivos performativos que orientam a ação estatal.

A seletividade não se expressa apenas na escolha de instrumentos, mas também ao nível ideacional; definindo o que é considerado relevante. Certas formas de inovação (tecnológicas, escaláveis, orientadas para o mercado) são privilegiadas, enquanto outras (sociais, organizacionais ou redistributivas) tendem a ser secundarizadas ou excluídas. Desse modo, a política económica é (em linha com Hall) moldada por imaginários dominantes que contribuem para estreitar o espaço do pensável na política económica, naturalizando opções preferenciais e despolitizando vias alternativas.

2.3.2. Capitalismo cognitivo e linguístico

A centralidade contemporânea da inovação articula-se com transformações estruturais mais amplas nos regimes de acumulação e valorização do capitalismo. A literatura sobre capitalismo cognitivo destaca a deslocação progressiva do valor económico para atividades baseadas no conhecimento, na comunicação e na criatividade (Vercellone, 2007; Virno, 2007). Neste contexto, a inovação deixa de ser concebida como um evento pontual associado a avanços tecnológicos delimitados, passando a constituir um processo contínuo, difuso e transversal, inscrito no próprio funcionamento da produção social.

Autores como Virno (2007) e e Lazzarato (2014) sublinham que o trabalho imaterial assume um papel central na produção de valor. A linguagem, a cooperação social e a capacidade de inovação tornam-se forças produtivas fundamentais. Neste contexto, a inovação não se limita à introdução de novas tecnologias, envolvendo a mobilização de capacidades subjetivas, disposições culturais e estilos de vida.

Este enquadramento é relevante para compreender a naturalização da inovação enquanto imperativo; sendo apresentada não apenas como estratégia económica, mas como ética social, interpelando indivíduos e organizações para se reinventarem continuamente. O sujeito da inovação é construído como flexível, criativo, resiliente e empreendedor, internalizando a lógica da adaptação permanente. Esta subjetivação articula-se com o *zeitgeist* da inovação, reforçando a sua dimensão normativa.

No plano das políticas públicas, o capitalismo cognitivo legitima intervenções orientadas para a criação de ecossistemas de inovação, incubadoras, *clusters* e redes colaborativas, frequentemente ancoradas em discursos de criatividade e empreendedorismo. Estas políticas tendem a reproduzir a centralidade da linguagem, da performatividade e da antecipação como motores de valorização, reforçando a convergência entre inovação, financeirização e governação das subjetividades.

Neste enquadramento, a noção de intelecto geral proposta por Virno, partindo de Marx, é crucial para compreender a inovação enquanto processo simultaneamente económico e semiótico. A produção contemporânea depende de competências linguísticas, comunicacionais e cooperativas socialmente distribuídas; saberes sem proprietário definido, mas apropriados e organizados pelo capital. Transformando, com isso, narrativas, visões de futuro e dispositivos discursivos em elementos produtivos. *Pitch decks*, discursos de disrupção e promessas tecnológicas funcionam como mecanismos de valorização capazes de captar investimento e reconhecimento antes mesmo da materialização técnica dos produtos, ilustrando a performatividade discursiva da economia da inovação (Virno, 2007).

Lazzarato aprofunda esta leitura ao sublinhar que no pós-fordismo o trabalho produz não apenas mercadorias, mas também modos de pensar, agir e sentir. Criatividade, afetos e colaboração tornam-se recursos centrais diretamente explorados pelo capital, integrando-se no processo produtivo como competências mobilizáveis. Desse modo, predisposição para inovar converte-se, numa dimensão constitutiva do trabalho, reforçando a internalização da lógica da adaptação permanente (Lazzarato, 2014).

A articulação entre Virno e Lazzarato permite interpretar o *zeitgeist* da inovação como um processo de captura das competências linguísticas, cognitivas e afetivas dos sujeitos. Nesta linha, autores como Jessop e Marazzi mostram como narrativas políticas e económicas produzem valor através da linguagem e do afeto. Para Marazzi (2011), o capitalismo linguístico assenta numa produção semiótica em que a comunicação se integra diretamente no processo produtivo, mediada por "máquinas linguísticas" — plataformas digitais, sistemas corporativos ou infraestruturas mediáticas — nas quais a interação gera valor mensurável. Com isso, o trabalho desloca-se para atividades imateriais baseadas em informação e criatividade, alterando a lógica da acumulação: o valor passa a decorrer mais da circulação comunicativa e da gestão das expectativas do que da produção material convencional (Vercellone, 2007).

No campo específico da inovação, este regime manifesta-se na financeirização das promessas tecnológicas. Narrativas de futuro, visões estratégicas e discursos de disrupção tornam-se dispositivos centrais de valorização, capazes de legitimar avaliações financeiras e atrair investimento em fases pré-cíclicas (Pollock & Williams, 2010). Organizações como SpaceX, OpenAI ou Mammoth Biosciences ilustram uma dinâmica característica do financiamento de tecnologias emergentes, na qual o acesso a capital e a valorização das empresas dependem não apenas de resultados técnicos já demonstrados, mas também de expectativas acerca de capacidades futuras, escalabilidade e impacto económico.

Este enquadramento é igualmente relevante para compreender a naturalização da inovação enquanto imperativo social. Apresentada não apenas como estratégia económica, mas como ética normativa. A inovação interpela indivíduos e organizações a reinventarem-se continuamente. O sujeito da inovação é construído como flexível, criativo, resiliente e empreendedor, internalizando a lógica da adaptação permanente. Esta subjetivação articula-se com o *zeitgeist* da inovação, reforçando a sua dimensão normativa e obscurecendo as relações de poder e apropriação subjacentes.

2.3.3. Estado, infraestruturas e apropriação privada do investimento público

Apesar da retórica que associa a inovação à iniciativa privada e ao dinamismo do mercado, o papel do Estado na economia da inovação é estrutural e historicamente decisivo (Mazzucato, 2013, 2021). O Estado atua

como investidor de longo prazo, construtor de infraestruturas materiais e imateriais, e agente central na redução de incerteza. Esta dimensão é amplamente documentada por Mazzucato (2013), destacando o carácter público de grande parte dos investimentos que sustentam as inovações mais disruptivas.

A inovação depende de infraestruturas complexas (científicas, tecnológicas, educativas e regulatórias) cuja construção exige horizontes temporais alargados e capacidades de coordenação que excedem as lógicas de mercado. Nesse âmbito, o Estado desempenha um papel crucial na criação das condições de possibilidade da inovação, desde o financiamento da investigação fundamental até ao desenvolvimento de mercados.

No entanto, esta centralidade do investimento público coexiste com regimes de apropriação privada do valor gerado (Harvey, 2003). As políticas de inovação tendem a favorecer mecanismos que permitem a captura privada de retornos associados a investimentos coletivos, seja através de regimes de propriedade intelectual, contratos público-privados ou instrumentos financeiros orientados para a valorização futura. Harvey (2010) contribui para a caracterização desta dinâmica ao analisar a forma como o Estado participa ativamente na criação de novas oportunidades de acumulação, mediando processos de transferência de valor do público para o setor privado.

O trabalho de Pérez (2002) é igualmente relevante para situar a relação entre Estado, inovação e temporalidade. As grandes vagas tecnológicas exigem investimentos públicos significativos nas fases iniciais, criando infraestruturas que posteriormente são apropriadas por agentes privados nas fases de maturação. Esta dinâmica reforça a centralidade do Estado enquanto ator estruturante, evidenciando a assimetria entre risco público e retorno privado.

Também por isso, a política de inovação não deve ser reduzida a um debate técnico sobre eficiência e crescimento. Consubstanciando um espaço no qual se decidem as formas de coordenação económica, os regimes de apropriação e os horizontes temporais da ação pública.

A articulação teórica dos diferentes conceitos permite reposicionar a política de inovação europeia não como resposta técnica, mas como expressão relativa de um quadro ideológico-hegemónico específico. É neste ponto que a análise empírica de documentos estratégicos da UE se torna particularmente fecunda.

2.4. *Zeitgeist* da inovação: hegemonia, políticas públicas e ideários normativos contemporâneos

Conforme sublinhado por Kivunja (2018), o enquadramento teórico sistematiza e articula conceitos previamente discutidos, oferecendo uma estrutura analítica que orienta a interpretação do material empírico.

Este trabalho assenta num eixo conceptual que articula a tradição gramsciana da hegemonia com os desenvolvimentos de Stuart Hall, a abordagem estratégico-relacional do Estado de Jessop e a literatura crítica sobre políticas de inovação, em particular Harvey e Mazzucato. De Gramsci retém-se a compreensão da hegemonia como direção intelectual e moral. Stuart Hall permite interpretar como interesses particulares se universalizam enquanto “senso comum”. Jessop contribui evidenciando o carácter seletivo do Estado. Ao passo que, Harvey e Mazzucato evidenciam uma não neutralidade das políticas de inovação, podendo estas assumir configurações distintas — desde funções de facilitação da acumulação privada, até papéis

estratégicos e orientados por missões. Com tal revelando a plasticidade política do próprio Estado no interior de determinado quadro ideológico-hegemónico.

Neste sentido, o enquadramento teórico adotado operacionaliza o conceito de *zeitgeist* da inovação enquanto unidade analítica central, entendida como uma configuração ideológica historicamente estabilizada que estrutura discursos, práticas institucionais e racionalidades de política pública. Enquadrado por uma lente materialista, o *zeitgeist* da inovação designa um regime cultural dominante, articulado num quadro ideológico-hegemónico, no qual a inovação é progressivamente elevada a horizonte normativo da ação económica e política.

A eficácia política do *zeitgeist* da inovação reside na sua plasticidade semântica: alavancando a sua capacidade para atravessar domínios heterogéneos (económico, social, ambiental) e funcionando como resposta transversal a problemas distintos. Esta característica permite articular crescimento económico, competitividade, transição ecológica e digital e coesão social num mesmo discurso, produzindo uma aparência de consenso e de neutralidade técnica.

Para efeitos analíticos, o enquadramento norteia-se segundo três níveis ontológicos interligados. A Figura 1 apresenta um sistema codependente com recursividade intra e internível.

- Nível A – Ideológico-hegemónico

No nível ideológico-hegemónico situam-se o *zeitgeist* da inovação e a hegemonia, entendidos como dimensões de uma mesma configuração estrutural.

Ontologicamente, trata-se de uma estrutura latente, não diretamente observável, na qual os efeitos se manifestam indiretamente através de discursos, práticas e racionalidades de ação.

A hegemonia assume um carácter estrutural relacional: existindo apenas enquanto relação ativa entre blocos sociais. Um mesmo *zeitgeist* pode existir sem hegemonia plenamente consolidada. A hegemonia emerge quando uma determinada configuração ideológica se estabiliza enquanto princípio organizador das relações de poder.

Zeitgeist e hegemonia não devem ser pensados como dimensões hierarquizadas, mas como elementos de um mesmo plano ontológico (nível A), articulados numa relação de codependência dinâmica e recursiva intranível: a hegemonia cria, difunde e estabiliza ideologias, ao passo que estas fornecem o horizonte simbólico (*zeitgeist*) que sustenta e legitima a hegemonia. O *zeitgeist* da inovação constitui o conteúdo ideológico dessa relação, enquanto a hegemonia corresponde à sua forma de exercício e reprodução.

- Nível B – Relacional-institucional

O segundo nível corresponde às mediações institucionais através das quais o quadro ideológico-hegemónico se traduz em racionalidades concretas de ação pública, em particular via seletividade estatal.

Neste nível, o *zeitgeist* da inovação e a hegemonia dominante condicionam o modo como problemas são definidos e prioridades são estabelecidas. A seletividade estatal opera como mecanismo de tradução institucional do nível ideológico-hegemónico, filtrando e operacionalizando esse quadro em orientações

estratégicas, critérios de elegibilidade e modelos de financiamento. É neste plano que se configuram as tensões entre diferentes conceções do papel do Estado na inovação; da facilitação, ao investimento estratégico e à coordenação orientada por missões.

Os documentos estratégicos analisados neste trabalho situam-se neste nível, funcionando como elementos de mediação[5] entre o plano ideológico-hegemónico e o plano das políticas públicas concretas.

- Nível C – Políticas públicas

O terceiro nível corresponde às políticas públicas implementadas, enquanto desdobramento operativo das mediações institucionais definidas no nível B. Trata-se do plano onde as racionalidades seletivas do Estado se materializam em programas, instrumentos financeiros, infraestruturas, parcerias público-privadas e regimes de regulação, produzindo efeitos materiais concretos.

As políticas públicas não apenas refletem o quadro ideológico-hegemónico que as informa, mas contribuem ativamente para a sua reprodução, estabilização ou rearticulação, fechando o ciclo recursivo entre ideologia, instituição e prática.

Os três níveis apresentados permitiram orientar de forma mais coordenada a discussão de resultados apresentada no capítulo 5. Contudo, importa enfatizar que estes níveis não se organizam de forma linear ou hierárquica, constituindo um sistema dinâmico e recursivo de codependência.

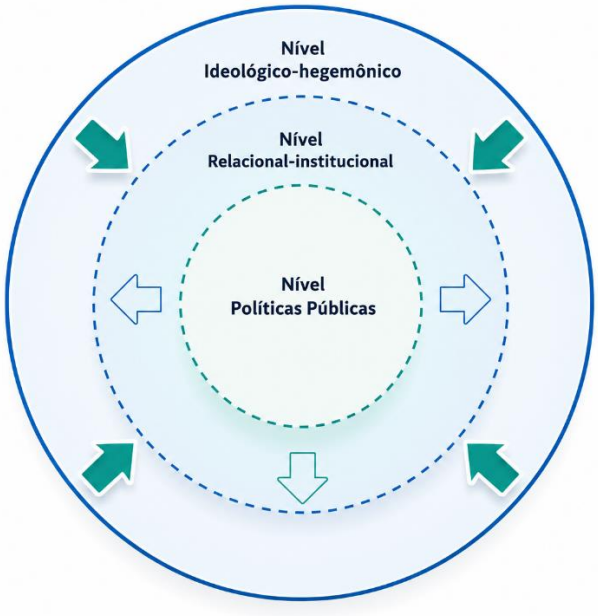


Figura 1 – Esquema ilustrativo da codependência e recursividade internível (elaboração própria).

[5] São elementos de mediação pelo facto de não apresentarem cariz prescritivo nem mandatório, mas sim norteador enquanto guia de recomendações.

Este movimento recursivo permite compreender como discursos de urgência, aceleração e antecipação do futuro se inscrevem em documentos estratégicos, legitimando escolhas institucionais específicas. Os quais, por sua vez, reforçam a(s) narrativa(s) de inovação.

Poder-se-ia conjeturar a hipótese de que, apesar das políticas orientadas por missões enfatizarem o papel ativo do Estado, a definição coletiva de objetivos e a orientação estratégica do investimento público, permaneçam enquadradas por uma determinada conceção da inovação. Embora procurem romper com paradigmas exclusivamente orientados por lógicas de mercado, poderão não questionar os pressupostos subjacentes que sustentam a própria centralidade da inovação enquanto princípio de transformação económica e social. Nesse quadro, a mudança ocorreria no interior de um horizonte previamente delimitado. Nesse horizonte, a transformação permanente não implicaria necessariamente uma rutura com os pressupostos que o estruturam.

O enquadramento teórico não pretende oferecer uma explicação totalizante das dinâmicas da inovação contemporânea. Desse modo, o *zeitgeist* deve ser entendido como campo de disputas e semelhanças, e não como essência única e totalizante. O objetivo é mais circunscrito: fornecer uma lente analítica que permita identificar regularidades, tensões e deslocamentos na forma como a inovação é concebida, legitimada e operacionalizada em documentos de política económica da UE.

3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O estudo adota uma perspetiva construtivista-crítica e uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo, seguindo uma estratégia dedutivo-interpretativa (Varpio et al., 2020). A análise comparativa dos dois documentos é operacionalizada através de uma grelha analítica derivada do enquadramento teórico.

Dedutivo na estrutura do desenho analítico, interpretativo na epistemologia, o estudo mobiliza um enquadramento teórico prévio operacionalizado através de uma grelha analítica aplicada à análise comparativa de dois documentos estratégicos (objetos empíricos) no domínio da economia da inovação da UE:

I. Mission-Oriented Research & Innovation in the European Union: A problem-solving approach to fuel innovation-led growth (Mazzucato);

II. The Future of European competitiveness: A competitiveness strategy for Europe (Draghi).

A seleção destes documentos considerou três critérios: i) centralidade institucional: documentos com impacto efetivo na orientação das políticas); ii) relevância temática: foco explícito em inovação, competitividade e futuro económico); iii) carácter programático: documentos que prescrevem diagnósticos, objetivos e instrumentos. Assim sendo, a comparação assenta num desenho de orientações políticas distintas dentro de um contexto institucional amplamente partilhado: os documentos divergem quanto à conceção do papel do Estado, dos mercados e dos instrumentos de intervenção, mas são produzidos no mesmo espaço político-institucional europeu e partilham a inovação como objeto central.

Os documentos estratégicos analisados são entendidos como elementos privilegiados de estabilização discursiva, na medida em que configuram um cadinho no qual convergem compromissos políticos, económicos e institucionais. Produzidos em contextos de negociação entre diferentes interesses e racionalidades de ação, podem ser encarados como pontos centrais de "condensação" ideológica, onde o horizonte do pensável e do legitimável é simultaneamente refletido e produzido.

A escolha destes dois documentos assentou numa lógica comparativa e estratégica, permitindo observar diferentes racionalidades e formulações da inovação como resposta aos desafios económicos contemporâneos, num mesmo contexto institucional (UE). Justificando-se por representarem enquadramentos centrais da política de inovação da UE, possibilitando analisar variações discursivas, bem como diferentes conceções do papel do Estado, dos atores económicos e dos objetivos sociais da inovação.

O desenho metodológico segue o referencial da Research Onion (Figura 2) proposto por Saunders (2023), adotando a Análise de Conteúdo Qualitativa (ACQ), focada num caso de estudo comparativo de documentos. O horizonte temporal é transversal, incidindo sobre documentos contemporâneos, e a unidade de análise corresponde *zeitgeist* da inovação, referente aos discursos e categorias mobilizados nos dois documentos

estratégicos sobre inovação. O método ACQ foi apoiado por uma ferramenta informática de análise qualitativa, neste caso o NVivo[6].

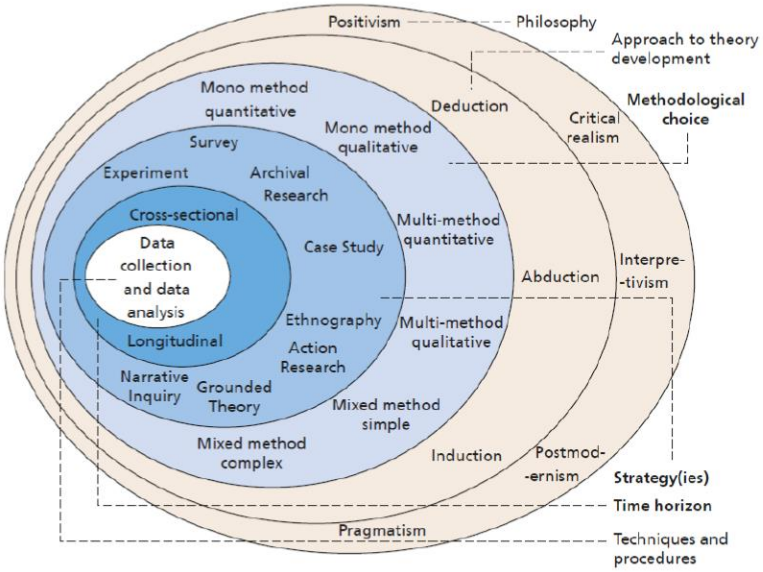


Figura 2 – Referencial Research Onion.

O conceito de *zeitgeist* da inovação funciona como unidade de análise central, desdobrada em categorias e subcategorias que permitam identificar padrões ideológico-hegemónicos, bem como a sua tradução em conceções de política pública.

3.1. Métodos e ferramentas

A ACQ é um método de investigação que permite analisar e interpretar dados qualitativos de forma sistemática, através da organização da informação em categorias de análise (Gläser-Zikuda, 2020). Este método combina rigor metodológico com flexibilidade, possibilitando a construção de categorias a partir dos dados ou a utilização de categorias previamente definidas a partir do enquadramento teórico. Além disso, é particularmente vantajoso na análise de grandes volumes de dados qualitativos e pode ser articulado com abordagens quantitativas, sendo frequentemente utilizado em estudos de métodos mistos (Gläser-Zikuda, 2020).

A aplicação da ACQ, aplicada aos documentos I e II justifica-se por permitir uma leitura sistemática e contextualizada dos textos, identificando padrões discursivos, categorias recorrentes e pressupostos implícitos.

A análise dos documentos segue um procedimento iterativo em quatro etapas, similar ao formulado em (Gläser-Zikuda, 2020):

1. Leitura exploratória: visando a familiarização com os textos e identificação de temas recorrentes;

[6] A versão disponibilizada foi a 15.4.0 (10).

2. Definição e consolidação das categorias e subcategorias analíticas segundo ACQ;

3. Codificação orientada pela grelha analítica e informada pela base teórica;

4. Interpretação comparativa: procurando padrões, convergências e divergências entre os objetos empíricos.

3.2. Grelha de análise

O caso de estudo incide sobre dois objetos empíricos (I e II) inseridos no mesmo espaço político-institucional (UE), pretendendo perceber-se de que modo estes são portadores de orientações discursivas e estratégicas distintas. A análise comparativa não visa estabelecer hierarquias normativas entre os casos, centrando-se em identificar convergências e divergências (Gläser-Zikuda, 2020). Para tal, definiu-se uma grelha analítica, onde as categorias decorrerão do cruzamento desse procedimento iterativo entre a dimensão teórica e a análise empírica apresentada no subcapítulo 3.1.

a. Arquitetura institucional e seletividade

Analisa a configuração institucional da economia da inovação, articulando o papel atribuído ao Estado com a distribuição de protagonismo entre os diferentes atores económicos. Examina como o Estado é representado (facilitador, investidor estratégico, orientado por missões, regulador, etc.) bem como os limites impostos à sua ação. Analisa quais os agentes centrais da inovação (grandes empresas, *startups*, consultoras, etc.) e as relações estabelecidas entre setor público e privado. O foco incide na identificação de padrões de seletividade institucional, evidenciando que atores são privilegiados, quais os riscos assumidos pelo Estado e como se estrutura a tensão ou complementaridade entre interesse público e privado.

b. Imaginário dominante da inovação

Analisa como a inovação é definida e representada enquanto categoria ideológico-hegemónica. Examina a conceção dominante de inovação, os sentidos normativos que lhe são associados e a forma como o conceito é apresentado enquanto solução técnica de crises, motor de crescimento, resposta a desafios societais ou imperativo inevitável. Integra a dimensão temporal do discurso inovador, analisando como o futuro é mobilizado enquanto promessa e o presente como insuficiente ou obsoleto. Examina os processos de subjetivação inscritos neste imaginário, identificando o tipo de sujeito pressuposto pelo quadro ideológico-hegemónico de inovação e a forma como a responsabilidade pela adaptação e pelo sucesso é individualizada.

c. Instrumentos e mecanismos de implementação da inovação

Analisa os instrumentos mobilizados para operacionalizar as políticas de inovação, incluindo mecanismos financeiros, regulatórios e organizacionais. Examina a centralidade atribuída a instrumentos como capital de risco, fundos públicos, subsídios, parcerias público-privadas e compras públicas inovadoras, bem como os enquadramentos discursivos que os legitimam. Em particular, analisa como o risco, a incerteza e o investimento de longo prazo são conceptualizados, e de que modo certos instrumentos são apresentados como tecnicamente necessários ou economicamente inevitáveis. O objetivo é compreender como o imaginário da inovação se traduz em dispositivos concretos de governação económica.

d. Justificações e promessas sociais da inovação

Analisa a forma como o contributo social da inovação é enquadrado enquanto elemento de legitimação das estratégias e políticas. Examina as promessas associadas à inovação quanto ao crescimento económico, coesão social, inclusão, sustentabilidade e redistribuição. O foco não incide na avaliação empírica dos impactos, mas na análise discursiva das finalidades sociais invocadas, identificando o grau de concretização dessas promessas e a eventual ausência de mecanismos explícitos para mitigação das desigualdades.

Em síntese, a grelha analítica foi concebida para operacionalizar o enquadramento teórico através de um conjunto integrado de quatro categorias de análise, aplicadas de forma transversal aos três níveis de análise definidos. Esta estrutura permitiu examinar os documentos de forma sistemática e comparável, assegurando que cada nível de análise fosse explorado segundo as mesmas dimensões analíticas e possibilitando uma leitura articulada dos dois casos em estudo. Deste modo, a grelha constitui o principal instrumento de operacionalização da componente empírica, estabelecendo a ligação entre o referencial teórico e a análise documental.

Tabela 1 – Grelha analítica para o caso de estudo (a aplicar via NVivo aos documentos I e II).

OBJETO DE ANÁLISE	UNIDADE DE ANÁLISE	CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Discursos de política económica de inovação na UE	*Zeitgeist* da inovação enquanto quadro ideológico-hegemónico	A. Arquitetura institucional e seletividade	1. Estado com papel determinante na criação de mercados 2. Estado com papel passivo na criação de mercados 3. Relações público-privadas cooperação 4. Relaçoes público-privadas dependência 5. Relações público-privadas transferêcia de risco 6. Setor privado como privilegiado 7. Setor público como priveligiado
		B. Imaginário dominante da inovação	1. Forma de subjetivação: sujeito adaptável/flexível 2. Forma de subjetivação: sujeito criativo 3. Forma de subjetivação: sujeito empreendedor 4. Inovação como competitividade económica 5. Inovação como promessa de futuro 6. Inovação como via solucionista
		C. Instrumentos e mecanismos de implementação da inovação	1. Instrumentos financeiros de mercado 2. Reformas e intrumentos regulatórios 3. Compras públicas inovadoras
		D. Justificações e promessas sociais da inovação	1. Coesão social/Inclusão 2. Crescimento económico 3. Redistribuição explícita 4. Sustentabilidade ambiental

Para melhor entendimento do caso de estudo importa reiterar que as categorias em 3.2 não testam hipóteses, servindo na operacionalização da análise discursiva do *zeitgeist* da inovação. Portanto, a tabela estruturada em 3.3 é uma grelha de análise qualitativa, não substanciando um modelo causal.

4. CASO DE ESTUDO: DOCUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA

A fim de tornar mais eficaz e eficiente o processo de análise, recorreu-se à ferramenta NVivo para aplicação da ACQ. A opção pelo NVivo deveu-se ao facto da licença do software ser disponibilizada pela FEP.

4.1. Estruturação do caso de estudo

A leitura exploratória (etapa 1) permitiu perceber que as abordagens de Mazzucato e Draghi convergem ao colocarem a inovação no centro do diagnóstico e das propostas de política económica. Apesar disso, é possível identificar diferenças nas respostas apontadas pelos dois autores.

Definida a grelha analítica (etapa 2), criou-se um novo projeto no NVivo, no qual se carregaram os documentos I e II em formato PDF. Configurou-se a grelha de codificação da (Tabela 1), com as categorias a assumiram nível hierárquico principal e as subcategorias o nível hierárquico secundário (ramificações). A Figura 2 ilustra a implementação da grelha de análise no NVivo sob a figura de *codes*.

O documento I foi interpretado (etapa 3) alocando os trechos pelas diferentes subcategorias. O processo foi repetido para o documento II. A classificação em subcategorias envolve invariavelmente um juízo subjetivo do autor, orientado por critérios de razoabilidade.

Codes

Name	Files	References
Arquitetura Institucional e Seletividade	2	33
Estado com papel determinante na criação de m	2	11
Estado com papel passivo na criação de mercado	1	1
Relações público- privadas cooperação	2	18
Relações público- privadas dependência	1	1
Relações público- privadas transferência de risco	0	0
Setor privado como privilegiado	1	1
Setor público como privilegiado	1	1
Imaginário Dominante da Inovação	3	37
Instrumentos e Mecanismos de Implementação da In	2	90
Instrumentos financeiros de mercado	1	35
Reformas e instrumentos regulatórios	2	55
Relações público- privadas compras públicas ino	0	0
Justificações e Promessas da Inovação	2	46
Coesão e inclusão social	2	21
Crescimento económico	2	16
Redistribuição explícita	2	6
Sustentabilidade ambiental	2	3

Figura 3 – Exemplo da configuração da grelha analítica implementada no NVivo.

Embora o método ACQ admita a reorganização da grelha analítica através da eliminação ou introdução de categorias e subcategorias, optou-se por não proceder a quaisquer alterações. Esta opção deveu-se ao

entendimento de que a ausência de representatividade de determinadas subcategorias pode, por si só, constituir um dado informativo.

4.2. Formalização do caso de estudo

Recorrendo às potencialidades do NVivo para formalizar o caso de estudo. Para o efeito aplicaram-se diferentes técnicas:

- Análise lexical;
- Padrão de distribuição das categorias analíticas;
- Mapeamento de subcategorias comuns a um mesmo trecho;
- Análise qualitativa dos trechos codificados.

4.1.1. Análise lexical

Para cada um dos documentos configurou-se a análise de frequência das 20 palavras mais referidas, através do comando Word Frequency. Em ambos os casos excluíram-se palavras gramaticais (e.g. “also”, “plastics”), focando nas lexicalmente relevantes para a análise qualitativa.

Como complemento optou-se por manter a coluna Similar Words nas Tabela 2 e Tabela 3, explicitando as variantes que o NVivo agrupou sob uma mesma entrada principal. Ambas as tabelas apresentam o código cumulativo na primeira coluna (e.g. I_n para o documento I e II_n para o documento II; onde $1 \leq n \leq 20$).

A comparação das densidades de palavras constitui um indicador da relevância relativa das diferentes categorias e das ideias que lhes estão associadas.

A partir das Tabela 2 e Tabela 3 pode inferir-se que a ideia de *polis* é relevante para ambos os autores com “european”, “europeans” ou “europe” no top 4 dos dois documentos. Todavia, o documento I apresenta uma menor incidência de palavras associadas ao mercado e ao investimento. Enquanto esta referência surge apenas na posição I_20 no Documento I, no Documento II ocupa a posição I_3, sugerindo uma diferença de ênfase entre as duas abordagens. Ainda assim, ambos os documentos convergem na centralidade atribuída à inovação.

A análise lexical evidencia convergências e divergências relevantes entre os documentos. Ambos apresentam a inovação como eixo estruturante do discurso, refletido pela elevada frequência de termos relacionáveis como “innovation”, “innovative” ou “innovations”. Contudo, o documento de Mazzucato associa a inovação a missões, investigação e desafios societais, enquanto o relatório Draghi privilegia conceitos associados a investimento, competitividade, indústria e mercados. Esta diferença sugere orientações distintas: uma abordagem orientada para transformação socioeconómica (Mazzucato) e uma abordagem centrada no reforço da competitividade económica europeia (Draghi)[7]. A análise lexical possui função exploratória e contextual, não constituindo evidência suficiente para sustentar inferências sobre orientação normativa.

[7] A quantidade de referências em cada documento é assimétrica em função da dimensão própria de cada um deles. O documento I é significativamente mais sintético do que o documento II.

Tabela 2 – Lista das 20 palavras mais referidas no documento I.[8]

DOC. I	WORD	COUNT	SIMILAR WORDS
I_1	missions	214	mission, missions
I_2	innovative	168	innovation, innovation', innovations, innovative, innovators
I_3	research	105	research, researchers
I_4	european	77	european, europeans
I_5	public	67	public, publications, publicly
I_6	policy	59	policies, policy
I_7	challenges	54	challenge, challenged, challenges
I_8	sector	52	sector, sectoral, sectors
I_9	new	46	new
I_10	oriented	33	orientated, oriented
I_11	need	32	need, needed, needs
I_12	projects	32	project, projects, projects'
I_13	technology	31	technological, technologically, technologies, technology
I_14	cross	30	cross, crossing
I_15	objective	30	objective, objectives
I_16	using	30	use, used, useful, uses, using
I_17	societal	29	societal
I_18	solutions	28	solution, solutions
I_19	achieved	27	achievable, achieve, achieved, achievement, achieving
I_20	investments	27	invest, invested, investment, investments

Tabela 3 – Lista das 20 palavras mais referidas no documento II.

DOC. II	WORD	COUNT	SIMILAR WORDS
II_1	european	304	european, europeans
II_2	europe	264	europe, europe'
II_3	invests	191	invest, invested, investing, investment, investments, invests
II_4	industry	174	industrial, industrials, industrie, industries, industry
II_5	competitiveness	172	competition, competitive, competitively, competitiveness
II_6	markets	168	market, market', marketed, markets
II_7	innovative	149	innovate, innovating, innovation, innovations, innovative, innovators

[8] Estando a versão oficial do NVivo em inglês optou-se por não traduzir a informação diretamente extraída do mesmo.

II_8	products	146	product, production, productive, productively, productivity, products
II_9	company	145	companies, companies', company
II_10	technology	142	technological, technologies, technology
II_11	sectors	138	sector, sectoral, sectors
II_12	energy	124	energies, energy, energy'
II_13	policy	112	policies, policy, policy'
II_14	states'	111	state, states, states'
II_15	growth	108	growth
II_16	increase	102	increase, increased, increases, increasing, increasingly
II_17	new	102	new
II_18	trading	99	trade, trades, trading
II_19	member	93	member, members
II_20	defence	91	defence

4.1.2. Padrões de distribuição das categorias analíticas

Embora ambos os documentos partam da premissa de que a inovação constitui um elemento central para o futuro económico europeu, a distribuição das referências codificadas revela prioridades distintas. A Tabela 4 permite observar a distribuição do número de referências por categoria em cada um dos documentos, tendo-se calculado o respetivo peso relativo face ao total de referências codificadas. O esquema do Anexo II apresenta a relação entre subcategorias e documentos analisados.

Destaca-se uma diferença na categoria C, na qual as referências associadas a instrumentos e mecanismos de implementação da inovação são significativamente mais frequentes na abordagem proposta por Draghi. Este resultado está em linha com a leitura crítica realizada, que identifica uma abordagem mais concreta em Draghi, por oposição a uma formulação mais conceptual em Mazzucato. O peso relativo de 66% da categoria C no Documento II evidencia, de forma clara, a ênfase atribuída por Draghi ao desenho de propostas de implementação mais imediata.

O documento I concentra-se sobretudo nas categorias A, B e D. Em contraste, o documento II apresenta uma incidência muito superior sobre a categoria C, categoria que representa cerca de dois terços (66%) das referências codificadas.

Tabela 4 – Matriz de codificação cruzando documentos I e II com categorias analíticas.

CATEGORIAS	I : MISSION-ORIENTED RESEARCH & INNOVATION IN THE EUROPEAN UNION	PESO RELATIVO	COVERAGE	II : THE FUTURE OF EUROPEAN COMPETITIVENESS	PESO RELATIVO	COVERAGE
A : Arquitetura Institucional e Seletividade	18	30%	1,70%	14	11%	0,44%
B : Imaginário Dominante da Inovação	18	30%	1,23%	14	11%	3,37%
C : Instrumentos e Mecanismos de Implementação da Inovação	2	3%	0,07%	86	66%	3,07%
D : Justificações e Promessas da Inovação	23	38%	1,85%	16	12%	0,41%
Total	61	-	-	130	-	-

Dada a densidade de subcategorias da grelha analítica optou-se por explorar aquelas nas quais se identificam padrões mais evidentes.

A fim de facilitar a interpretação dos dados converteu-se a tabela relativa às subcategorias no gráfico da Figura 4. A análise das subcategorias permite identificar diferenças qualitativas mais precisas[9]. Enquanto o documento de Mazzucato enfatiza o papel do Estado na criação e orientação de mercados, a cooperação público-privada e a inovação como resposta a desafios coletivos, o relatório Draghi apresenta maior incidência de referências associadas à competitividade económica, instrumentos regulatórios e mecanismos concretos de implementação.

A. Arquitetura institucional e seletividade

A categoria A evidencia diferenças relevantes na forma como os dois documentos concebem o papel do Estado e as relações entre setor público e privado. O documento I apresenta maior incidência da subcategoria A1 (7 referências face a 4 no relatório Draghi) e da subcategoria A3 (12 referências face a 6). Estes resultados sugerem uma maior ênfase na coordenação pública e na colaboração entre atores institucionais.

Em contraste, o documento II inclui referências à subcategoria A2 (1 referência) e regista ocorrências nas subcategorias A6 e A7, ausentes no documento I. Embora residuais em termos quantitativos, estas

[9] Considerando o tipo de textos em análise é possível que diferentes categorias/subcategorias estejam refletidas num mesmo trecho. Em razão disso, casos houve onde um mesmo trecho foi alocado a mais do que uma subcategoria.

referências indicam a presença de uma reflexão mais explícita sobre a distribuição de protagonismo entre os setores público e privado.

Em termos descritivos, ambos os documentos reconhecem a necessidade de interação entre Estado e mercado, mas o documento I tende a enquadrar essa relação como cooperação estratégica orientada por objetivos coletivos, enquanto o documento II introduz elementos associados à competitividade, ao investimento privado e à capacidade empresarial.

B. Imaginário dominante da inovação

A categoria B mostra que ambos os documentos partilham um imaginário no qual a inovação ocupa posição central, mas com ênfases distintas.

A subcategoria B5 apresenta valores elevados em ambos os casos (8 referências em Mazzucato e 5 em Draghi), evidenciando a mobilização do futuro como horizonte legitimador da ação presente. A subcategoria B6 também surge nos dois documentos (7 e 3 referências, respetivamente), indicando que a inovação é frequentemente apresentada como resposta a desafios económicos, tecnológicos e sociais.

A diferença mais evidente surge em B4, onde o relatório Draghi (documento II) regista maior incidência (7 referências face a 4). Este padrão é consistente com o vocabulário identificado na análise lexical, marcada por termos como “competitiveness”, “markets” e “industry”. Já o documento I (Mazzucato) mantém maior peso relativo nas dimensões associadas a missões, desafios societais e objetivos coletivos.

No plano da subjetivação, as referências são escassas. Apenas se observa uma ocorrência de B2 no documento de Mazzucato e uma ocorrência de B1 no relatório Draghi, não permitindo extrair padrões robustos sobre construção explícita do sujeito da inovação.

C. Instrumentos e mecanismos de implementação da inovação

A categoria C apresenta a clivagem mais evidente entre os dois documentos. O documento II concentra a esmagadora maioria das referências em C1 (35 referências) e C2 (53 referências), enquanto o documento I praticamente não mobiliza instrumentos financeiros de mercado e regista apenas 2 referências à dimensão regulatória.

Estes resultados indiciam que o relatório Draghi atribui grande centralidade à operacionalização da política de inovação através de uma via mais pragmática: mecanismos concretos de financiamento, regulação, investimento e competitividade empresarial. Por sua vez, o relatório Mazzucato assume um perfil mais programático e orientado para a definição de missões e objetivos estratégicos, com menor densidade de instrumentos implementáveis.

A subcategoria C3 não apresenta incidência relevante no gráfico, sugerindo que esta via não ocupa lugar central na comparação efetuada.

D. Justificações e promessas sociais da inovação

Na categoria D, ambos os documentos associam a inovação a benefícios económicos e sociais, mas com intensidades diferentes.

A subcategoria D1 apresenta maior incidência no documento I (15 referências face a 6 no documento II), sugerindo maior preocupação discursiva com os efeitos sociais da inovação. Quanto a D2, ambos os documentos apresentam valores relativamente próximos (9 e 7 referências), sugerindo convergência na associação entre inovação e crescimento.

A subcategoria D3 surge em ambos os casos com igual número de referências (3), ainda que permanecendo quantitativamente limitada. Já D4 apresenta baixa incidência em ambos os documentos (2 e 1 referências), sugerindo que, apesar da presença do tema, este não constitui o eixo dominante da argumentação comparada.

De forma descritiva, os dados indicam que Mazzucato mobiliza com maior frequência promessas de inclusão e benefícios coletivos, ao passo que Draghi coloca maior ênfase no crescimento, competitividade e instrumentos de implementação económica.

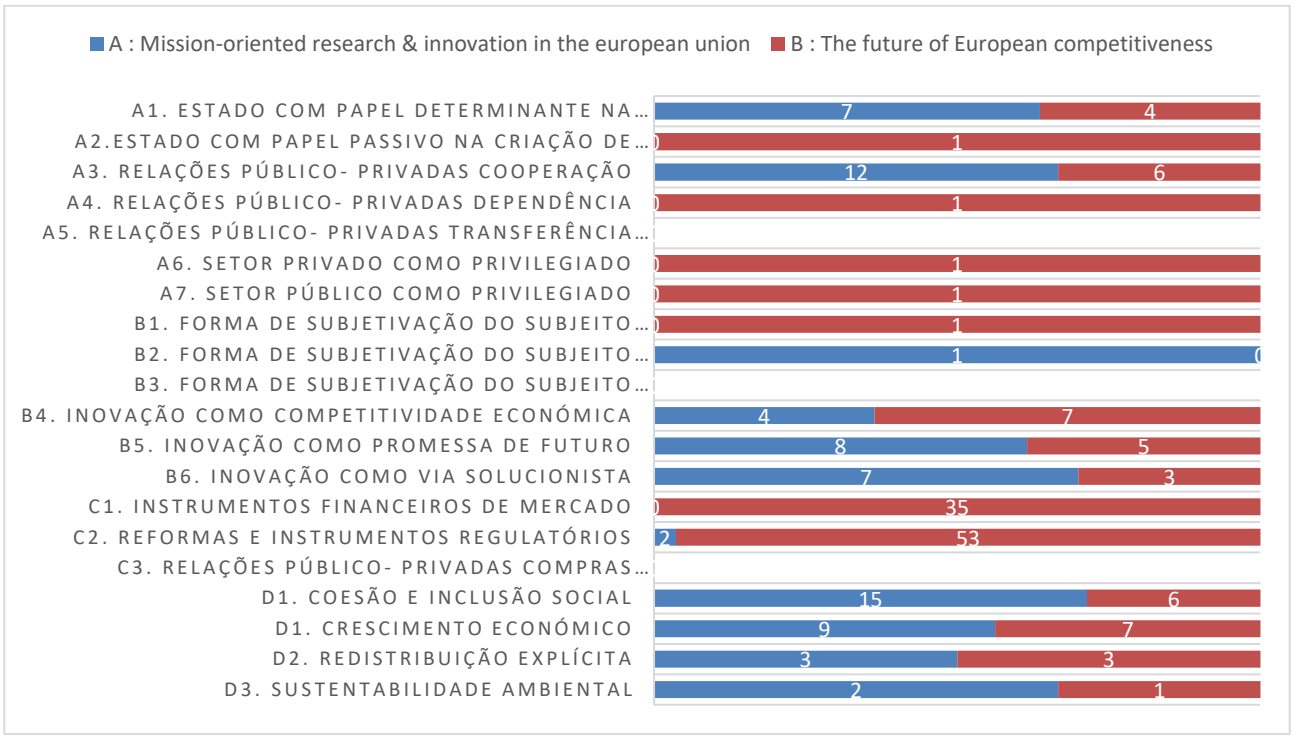


Figura 4 – Distribuição das subcategorias nos documentos I e II.

Em conjunto, as subcategorias revelam um padrão consistente: o documento I privilegia a arquitetura institucional, a cooperação público-privada, as missões coletivas e as justificações sociais da inovação; ao passo que o documento II se concentra na competitividade, no investimento, nos instrumentos financeiros e nas reformas regulatórias. Ambos partilham a centralidade da inovação como

solução para desafios europeus, diferindo na forma como operacionalizam essa visão e nos mecanismos privilegiados para a concretizar.

4.1.3. Mapeamento de subcategorias comuns

Aproveitando o potencial do NVivo foi efetuada uma análise de subcategorias comuns a um mesmo trecho (ver Tabela 5 e Tabela 6). Notando que ao colocar as mesmas subcategorias nas linhas e colunas da(s) matriz(es) não se está a medir uma relação entre categorias no sentido causal ou conceptual. Está-se a averiguar se quando uma das subcategorias aparece num segmento do documento, uma outra subcategoria aparece simultaneamente.

Por conseguinte, a análise de coocorrência foi utilizada de forma exploratória, com o objetivo de identificar sobreposições entre subcategorias. O máximo de coocorrência no documento I foi 3 (D1-D2), com 2 coocorrências em B5-B6 e D1-D4. No documento II o máximo foi foi 2 (C1-C2). Mediante a reduzida densidade de trechos codificados em diferentes subcategorias, não se considerou este fator como significativo para a análise, sendo os resultados interpretados apenas quando acompanhados pela análise qualitativa dos segmentos codificados (ver secção 4.1.4).

Tabela 5 – Mapeamento de coocorrência para as subcategorias no documento I.

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	B1	B2	B3	B4	B5	B6	C1	C2	C3	D1	D2	D3	D4
A1	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
A2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A3	1	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0
B5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	2	0	0	0	0	1	0	0
B6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	7	0	0	0	1	1	0	0
C1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
C3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	15	3	1	2
D2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3	9	0	0
D3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1
D4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2

Tabela 6 – Mapeamento de coocorrência para as subcategorias no documento II.

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	B1	B2	B3	B4	B5	B6	C1	C2	C3	D1	D2	D3	D4
A1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
A2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A3	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
A4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
A5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A7	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1	0	0	0	0	0	1	1	0
B5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	1	0	0	0	0	0	0	0
B6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0
C1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	2	0	0	0	0	0
C2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	53	0	0	0	0	0
C3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0
D2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7	1	0
D3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	3	0
D4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

4.1.4. Análise qualitativa das expressões discursivas

Se até aqui foi possível caracterizar as diferenças mais significativas a partir da quantidade de referências, importa aprofundar a análise no interior de cada subcategoria. Tal permitirá estabelecer relação entre o peso relativo de cada subcategoria nos documentos I e II e as ideias afetas ao *zeitgeist* da inovação explorado no capítulo 2.

Esta análise não procura estabelecer a interpretação comparativa dos resultados, a qual é desenvolvida no capítulo 5. O objetivo é explicitar como as categorias da grelha se encontram empiricamente inscritas nos documentos, recorrendo a excertos que evidenciam o conteúdo substantivo de cada subcategoria e a sua relevância analítica. O total dos trechos codificados pode ser consultado no Anexo I do documento.

A Figura 4 permite identificar diferenças entre as subcategorias, tendo por base a grelha analítica apresentada na Tabela 1. Em função disso, apresentam-se alguns exemplos representativos para as subcategorias consideradas relevantes. Portanto, A4, A5, B1, B2, B3, e C3 foram excluídas desta análise em função da inexistência de entradas.

A1. Estado com papel determinante na criação de mercado

Ao afirmar "Missions need to be chosen to address clear challenges that stimulate the private sector to invest where it would not have otherwise invested ("additionality" in business)…" é possível interpretar que

Mazzucato advoga o papel central do Estado na estimulação de setores de mercado específicos ao atribuir ao mesmo uma função que ultrapassa a mera correção de falhas de mercado, colocando-o numa posição de orientação das condições de investimento privado. A referência à "*additionality*" é particularmente relevante, na medida em que pressupõe uma intervenção pública destinada a produzir atividade económica que, nas condições existentes, não ocorreria espontaneamente.

Esta interpretação sai reforçada pela afirmação *"Missions should engage as much as possible with Member State strategies, including industrial strategies…",* que introduz uma dimensão de coordenação entre políticas de inovação e estratégias industriais nacionais. O Estado surge, não apenas como financiador, mas como agente de articulação entre diferentes escalas e prioridades de política económica.

Sem destoar necessariamente da ideia de coordenação à escala das Instituições, Draghi coloca a tónica de uma forma distinta. Para o autor a intervenção pública é reconhecida como condição para mobilizar investimento privado: *"…the private sector will not be able to bear the lion's share of financing investment without public sector support…"*. Reconhecendo a capacidade da alavancagem do setor público, não é tão explícito no vetor direção.

Mediante isto, a subcategoria A1 permite identificar duas conceções do papel económico do Estado: uma onde a intervenção pública assume uma função mais explícita de orientação e criação de mercados, e outra em que a intervenção é sobretudo apresentada como condição de mobilização e alavancagem do investimento privado.

A3. Relações público-privadas de cooperação

Mazzucato atribui uma importância explícita à coordenação entre diferentes atores ao defender a necessidade de *"…to bring together different actors (public, private and third sector) and spurring collaboration across different sectors…"*. Essa ideia é reforçada com *"…collaboration are not a nice complement, but rather a critical factor for success…"* e *"Missions connect all relevant actors through new forms of partnerships for co-design and co-creation by focussing on targets that require multiple sectors and actors to solve…"*; destacando as missões como mecanismos capazes de conectar atores através de novas formas de parceria.

O significado desta formulação ultrapassa uma simples defesa da cooperação institucional. As parcerias são apresentadas como mecanismo constitutivo da própria operacionalização das missões, aproximando a definição dos objetivos públicos da participação de atores privados e da sociedade civil.

Ainda que com menor intensidade, Draghi mobiliza igualmente uma lógica de coordenação multilateral, propondo um *"European Research and Innovation Action Plan"* concebido pelos Estados-Membros em conjunto com a Comissão, a comunidade científica e *"stakeholders from the private sector"*. A convergência é, neste caso, expressa sobretudo através de mecanismos de coordenação entre níveis institucionais e atores económicos.

Esta subcategoria permite observar como a relação entre Estado, mercado e sociedade civil é conceptualizada e, sobretudo, se a cooperação é apresentada como instrumento complementar da política pública ou como elemento constitutivo da própria governação da inovação.

C1. Instrumentos financeiros de mercado

Conforme referido, a categoria C apresenta a maior clivagem entre os dois autores. A subcategoria C1 não apresenta qualquer referência no documento I, assumindo uma expressão significativa no documento II. A centralidade atribuída ao mercado único é evidenciada em: *"The Single Market is critical for all aspects of the strategy…"*; acompanhada de propostas substanciais a nível orçamental, conforme explicitado em *"…the budget of the new Framework Programme should be doubled to EUR 200 billion per 7 years."*. A integração do mercado de capitais é essencial para Draghi, voltando a aparecer na subcategoria C2.

A integração dos mercados de capitais constitui outra dimensão recorrente, sendo apresentada como necessária para canalizar a poupança das famílias para investimento produtivo na UE. O relatório propõe ainda o desenvolvimento de *"market platforms to contract resources and pool demand between generators and offtakers"*, procurando facilitar a articulação entre oferta e procura.

A subcategoria C1 permite identificar a presença de instrumentos cuja lógica de intervenção passa pela organização, integração e aprofundamento dos mecanismos de mercado, distinguindo-os de instrumentos de direção estratégica ou de coordenação direta da atividade económica.

C2. Reformas e instrumentos regulatórios

A subcategoria C2 também apresenta maior predomínio no documento II. Embora Mazzucato reconheça a necessidade de uma diversidade de instrumentos: *"A diverse set of different funding instruments will help achieve this…"*; não desenvolve de forma comparável uma agenda de reforma regulatório e institucional como Draghi.

Draghi mostra recorrente preocupação com a ideia de redução da carga regulatória: *"…in removing obstacles, harmonising rules and laws, and coordinating policies…"*. O relatório identifica os encargos regulatórios como particularmente onerosos para as empresas, sobretudo para as Pequenas e Médias Empresas (PME) e para os setores digitais:*"…we continue to add regulatory burdens onto European companies, which are especially costly for SMEs and self-defeating for those in the digital sectors…"*; defendendo simultaneamente a remoção de obstáculos, a harmonização de regras e a coordenação de políticas.

Como referido, em C1 volta a surgir a defesa da integração do mercado de capitais à escala europeia: *"First, integrating Europe's capital markets to better channel high household savings towards productive investments in the EU will be essential. Second, the more willing the EU is to reform itself to generate an increase in productivity…"*; aqui complementada pelo potencial aumento da competitividade que lhe estaria associado.

Draghi estende as propostas às políticas comerciais: *"In some cases, the EU should use its trade policy arsenal to keep barriers low, in others to level the playing field and in others still to secure critical supply chains."* e

"EU should legislate mandatory standards for public sector procurement, thereby levelling the playing field for EU companies against larger non-EU players…".

A reforma estende-se aos mercados de capitais, à política comercial e à arquitetura institucional da inovação. Entre as propostas encontram-se a transformação do European Innovation Council numa agência de tipo *ARPA*: *"EIC should be reformed to become a genuine "ARPA-type agency", supporting high-risk projects with the potential of delivering breakthrough technological advances…" e* a criação de uma função institucional dedicada à simplificação regulatória: *"To start lowering the "stock" of regulation, the report recommends appointing a new Commission Vice President for Simplification to streamline the acquis, while adopting a single, clear methodology to quantify the cost of the new regulatory "flow"…"*; visando intervenções mais efetivas do que as apresentadas por Mazzucato.

Nessa linha a aposta no empreendedorismo é mais declarada no documento I *"…the EU should support rapid growth within the European market by giving innovative start-ups the opportunity to adopt a new EU-wide legal statute (the "Innovative European Company")",* mostrando que Draghi atribui preponderância mais explícita ao dinamismo do setor privado.

A subcategoria C2 permite observar a forma como a inovação é associada à necessidade de reconfigurar o ambiente regulatório e institucional no qual os agentes económicos operam. Tornando-se particularmente útil para distinguir uma intervenção orientada para a transformação das condições estruturais de mercado de uma intervenção centrada na definição substantiva das missões públicas.

D1. Coesão social/inclusão

Mazzucato associa explicitamente a inovação a processos de participação e legitimação democrática. A referência à necessidade de *"…nurture a new belief amongst EU citizens about what real collaboration across Europe can achieve…"* é acompanhada pela defesa de um maior envolvimento cívico e pelo apelo a legitimação democrática das decisões ao mais alto nível institucional com *"…reinvigorate democratic processes around economic policies…"*, ao passo que Draghi, sem descurar essa dimensão, parece considerá-la um dado adquirido na decorrência dos processos eleitorais à escala da representatividade democrática europeia.

Mazzucato veicula também a ideia de um ciclo virtuoso decorrente da melhoria das condições sociais, levando a um aprofundamento do sentimento democrático entre os cidadãos europeus. *"By harnessing the directionality of innovation, we also harness the power of research and innovation to achieve wider social and policy aims as well as economic goals…"* e mobilizandor investigação e inovação para alcançar objetivos sociais e económicos simultaneamente.

Draghi converge com Mazzucato ao reconhecer a necessidade de respaldo democrático, afirmando que *"*Reforms can only be truly ambitious and sustainable if they enjoy democratic backing…" e defendendo o envolvimento dos diferentes atores sociais na definição dos objetivos e ações necessários à transformação da economia europeia: *"A key part of this process will be empowering people. Leaders and policymakers should engage with all actors within their respective societies to define objectives and actions for the transformation of Europe's economy."*.

A dimensão social surge ainda associada a objetivos de educação, emprego e desenvolvimento das capacidades individuais: *"…we should aim to exceed the US in providing opportunities for education and adult learning and good jobs for all throughout their lifetimes…"*.

A subcategoria D1 permite identificar se a dimensão social é conceptualizada essencialmente como objetivo substantivo da inovação, como condição de legitimidade política das reformas, ou como ambas.

D2. Crescimento económico

Em Mazzucato, o crescimento económico é diretamente associado à capacidade transformadora da inovação. A afirmação *"The ability of innovation to spur economic growth has long been recognised…"* é complementada pela ideia de direccionalidade *"By harnessing the directionality of innovation, we also harness the power of research and innovation to achieve wider social and policy aims as well as economic goals."* para permitir mobilizar a inovação para alcançar simultaneamente objetivos económicos, sociais e políticos. Transmitindo uma ideia de equilíbrio no processo de crescimento *"…we can have innovation-led growth that is also more sustainable and equitable…"*.

Draghi, por seu turno, coloca o foco na produtividade e tecnologia: "The only way to meet this challenge is to grow and become more productive…" e "…technologies that will drive future growth…". Reforçando a necessidade e importância de aumentar a produtividade das empresas europeias "Slower productivity growth has in turn been associated with slower income growth and weaker domestic demand in Europe…". e atribuindo às tecnologias um papel central na geração de crescimento futuro.

A subcategoria D2 permite observar como o crescimento é construído enquanto finalidade da política de inovação e quais os mecanismos privilegiados para o alcançar, designadamente direccionalidade e transformação socioeconómica, no primeiro caso, e produtividade e desempenho económico, no segundo.

D3. Redistribuição explícita

A redistribuição apresenta uma presença relativamente limitada e sobretudo implícita nos dois documentos. Em Mazzucato, a preocupação surge associada à questão de *"how to best share the rewards in ways that benefit society the most"* e à necessidade de melhorar o bem-estar social.

A formulação é relevante porque introduz uma questão distributiva na discussão da inovação: os benefícios produzidos pela atividade inovadora não são apresentados como automaticamente distribuídos, sendo colocada a questão de como devem ser partilhados.

No entanto, esta dimensão não assume a mesma centralidade que outras categorias, não sendo identificados, nos excertos considerados, instrumentos redistributivos específicos comparáveis aos instrumentos financeiros ou regulatórios.

A subcategoria D3 permite aferir se a dimensão distributiva é tratada como questão substantiva da política de inovação ou permanece sobretudo como princípio normativo geral, sem tradução equivalente em instrumentos concretos.

D4. Sustentabilidade ambiental

As referências à sustentabilidade ambiental são relativamente pontuais em ambos os documentos. Em Mazzucato, a dimensão ambiental surge integrada numa conceção abrangente de missão *"Whether that be to have clean air to breathe in congested cities, to live a healthy and independent life at all ages, to have access to digital technologies that improve public services, or to have better and cheaper treatment of diseases like cancer or obesity that continue to affect billions of people across the globe…".*

Em Draghi, a descarbonização é apresentada de forma mais diretamente associada à oportunidade económica e tecnológica: *"Decarbonisation could be an opportunity for Europe, both to take the lead in new clean technologies and circularity solutions, and to shift power generation towards secure, low-cost clean energy sources…"*

A subcategoria D4 permite observar como a sustentabilidade é articulada com a inovação: seja enquanto objetivo societal integrado numa conceção mais ampla de missão; seja ou enquanto oportunidade estratégica de desenvolvimento tecnológico, competitividade e segurança económica.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo discute os resultados da análise comparativa dos documentos de Mazzucato e Draghi, procurando identificar os principais pontos de convergência e divergência entre as duas propostas. A discussão segue as quatro dimensões definidas na grelha analítica: arquitetura institucional e seletividade, imaginário dominante da inovação, instrumentos e mecanismos de implementação e justificações e promessas sociais. Essa estrutura permite examinar não apenas o lugar atribuído à inovação, mas também as diferentes formas de a enquadrar e operacionalizar.

5.1. A inovação como horizonte comum de inteligibilidade

A análise comparativa evidencia que, apesar das diferenças entre as duas propostas, a inovação ocupa uma posição central na resposta aos desafios económicos contemporâneos. Esta convergência entre os dois documentos sugere a existência de um horizonte normativo comum, no interior do qual podem ser formuladas orientações distintas de política económica.

A análise lexical reforça esta leitura, embora revelando diferenças importantes na forma de concretização desse horizonte. Mazzucato privilegia o vocabulário das missões, da investigação e dos desafios societais; enquanto Draghi apresenta maior incidência de termos associados à competitividade, ao investimento, aos mercados e à indústria. Em suma, a convergência situa-se no estatuto atribuído à inovação; a divergência, nas formas institucionais e económicas através das quais esse estatuto é operacionalizado.

Neste sentido, os resultados sugerem que a inovação funciona como uma categoria discursivamente privilegiada. Isto é, problemas distintos (crescimento, competitividade, transformação tecnológica, sustentabilidade ou desafios societais) são enquadrados como problemas cuja resposta passa pela intensificação da inovação. Por tal, a inovação adquire uma função convergente, ainda que nãi implicando homogeneidade discursiva, permitindo articular objetivos heterogéneos segundo um mesmo quadro de inteligibilidade. Esta característica é particularmente relevante para a interpretação do *zeitgeist* da inovação, ajudando a explicar como uma categoria inicialmente associada à mudança tecnológica pode adquirir uma presença transversal na definição dos problemas e das soluções de política económica.

5.2. Arquitetura institucional e seletividade: diferentes conceções do papel do Estado

A primeira diferenciação evidente entre os documentos surge na forma como é concebida a arquitectura institucional da inovação e, particularmente, no papel atribuído ao Estado. No documento I, as referências à intervenção estatal e à cooperação entre atores públicos e privados são mais expressivas. As subcategorias A1 e A3 registam, respetivamente, 7 e 12 referências, face a 4 e 6 no documento de Draghi. Esta distribuição sugere que Mazzucato atribui maior importância à capacidade do Estado numa abordagem orientada por missões, coordenando atores e contribuindo para a criação de mercados.

Esta diferença é consonante com a literatura mobilizada no enquadramento teórico sobre o Estado empreendedor e sobre a crítica à representação do Estado como mero corretor de falhas de mercado. No documento I, o Estado surge associado à definição de missões e à criação das condições necessárias para mobilizar diferentes atores em torno de objectivos colectivos. A cooperação público-privada não é apresentada apenas como mecanismo instrumental, mas como condição para enfrentar problemas cuja

resolução exige coordenação entre setores. Os excertos analisados reforçam esta interpretação ao associarem as missões à articulação entre atores públicos, privados e do terceiro setor.

No documento de Draghi, embora o Estado continue presente, a sua função é frequentemente articulada com a criação de condições para o investimento e para o dinamismo empresarial. As referências a A2, A6 e A7 são reduzidas, mas relevantes, por introduzirem explicitamente diferentes formas de distribuição do protagonismo entre os setores público e privado. Posto isto, a diferença entre os documentos não deve ser entendida como uma oposição entre Estado e mercado. Ambos reconhecem a necessidade de intervenção pública, mas divergem quanto à sua função predominante: em Mazzucato, o Estado surge mais claramente como orientador estratégico e coordenador; em Draghi, como facilitador de condições institucionais e financeiras favoráveis à competitividade empresarial.

Esta distinção permite aproximar os resultados da noção de seletividade estatal apresentada no enquadramento teórico. Recordando Jessop, a intervenção do Estado não é neutra, uma vez que privilegia determinadas finalidades, atores e formas de organização. A comparação entre os documentos sugere diferentes configurações de seletividade no interior de um mesmo horizonte normativo favorável à inovação: uma mais orientada para a direcção estratégica e a coordenação coletiva; outra mais centrada na criação de condições para o investimento, a produtividade e a competitividade.

5.3. O imaginário dominante: futuro, solucionismo e naturalização da inovação

Os resultados obtidos na análise da categoria B confirmam que a inovação é associada à promessa de futuro e à capacidade de responder a desafios contemporâneos. A subcategoria B5 apresenta 8 referências no documento de Mazzucato e 5 no de Draghi, enquanto B6 regista 7 e 3, respetivamente.

Contata-se que a mobilização do futuro funciona como elemento legitimador da ação presente: investimentos, reformas e mudanças institucionais são apresentados como necessários para antecipar transformações, responder à concorrência e assegurar resultados económicos desejáveis.

Esta deslocação é consistente com a literatura sobre hegemonia, segundo a qual determinados pressupostos podem adquirir o estatuto de “senso comum” e limitar o espaço das alternativas consideradas legítimas. É neste ponto que os resultados permitem aprofundar o conceito de *zeitgeist*. A naturalização da inovação desloca a disputa política dos fins para os meios: a questão deixa de ser principalmente se a inovação deve ocupar uma posição central e passa a ser como, através de que instrumentos e em benefício de quem deve ser promovida.

A diminuta presença das subcategorias relativas à subjectivação exige cautela. Os dados não permitem sustentar uma conclusão forte sobre a construção discursiva de sujeitos adaptáveis, criativos ou empreendedores. Esta ausência poderá decorrer da menor relevância explícita da temática nos documentos, da sua incorporação implícita em narrativas de nível superior ou de diferenças na forma como os autores conceptualizam a relação entre Estado, mercado e sujeitos. Contudo, estas possibilidades exigiriam investigação adicional.

5.4. Instrumentos e mecanismos de implementação: a principal clivagem entre os documentos

A principal clivagem entre os documentos surge na categoria C. Enquanto Mazzucato apresenta apenas duas referências nesta dimensão, Draghi reúne 86, relacionadas sobretudo com financiamento, mercados de capitais, regulação, desburocratização e instrumentos institucionais. Esta diferença sugere que o relatório de Draghi se encontra mais orientado para a definição de mecanismos de implementação, ao passo que Mazzucato privilegia a formulação de missões e objectivos estratégicos.

Esta assimetria não significa que Mazzucato ignore o financiamento ou a regulação. Significa antes que esses instrumentos são subordinados a uma lógica de orientação estratégica, enquanto em Draghi constituem parte central da arquitetura proposta para promover a inovação. A diferença entre os documentos não deve ser interpretada como uma oposição entre Estado e mercado, mas como uma diferença na forma de conceptualizar e operacionalizar a intervenção pública.

A orientação de Draghi é particularmente evidente nas dimensões financeira e regulatória. O relatório enfatiza o mercado único europeu, a integração dos mercados de capitais e a mobilização de poupanças privadas para investimento produtivo. Na dimensão regulatória, esta orientação surge através da preocupação com a redução de encargos, a harmonização de regras e a simplificação administrativa. Nesta abordagem, a inovação é enquadrada por uma arquitetura de condições institucionais destinadas a aumentar a produtividade e a capacidade competitiva das empresas.

Em Mazzucato, a intervenção pública é conceptualizada de forma diferente. A menor incidência das subcategorias C1 e C2 não deve ser lida como ausência de preocupação com financiamento ou regulação, mas como resultado da sua subordinação a uma lógica de orientação estratégica e coordenação através de missões. O foco do documento situa-se menos na apresentação de instrumentos específicos e mais na definição dos objetivos que devem orientar a ação pública e a cooperação entre atores.

Esta diferença permite articular os resultados com os contributos teóricos de Jessop e Mazzucato[10]. A comparação sugere duas configurações de seletividade estatal: uma orientada para a direção estratégica e a coordenação coletiva, presente no documento I; outra centrada na criação de condições para o investimento, a produtividade e a competitividade, presente no documento II. Em ambos os casos, a intervenção estatal é seletiva, mas orientada para objetivos e atores prioritários diferentes.

5.5. Justificações e promessas sociais: a plasticidade legitimadora da inovação

A categoria D introduz uma dimensão particularmente relevante para a compreensão da função ideológica da inovação. O documento de Mazzucato apresenta maior incidência de referências relativas à coesão social e inclusão (subcategoria D1), enquanto as referências ao crescimento económico (subcategoria D2) são relativamente equilibradas entre documentos. Tal poderá indicar que as questões de inclusão cidadã e legitimidade democrática recebem menor explicitação no documento de Draghi do que no de Mazzucato. Porém, a ausência relativa de referências não permite concluir que essas dimensões sejam necessariamente

[10] Neste caso estamos a comparar com Mazzucato enquanto referência do enquadramento teórico; notando que no trabalho a autora surge com dois papéis distintos: a de referência para o enquadramento teórico e autora de um dos objetos empíricos (documento I).

dadas por garantidas. A maior incidência de referências à participação cidadã em Mazzucato sugere uma preocupação mais explícita com a dimensão democrática da definição das missões. Contudo, esta característica não elimina, a existência de uma orientação estratégica centralizada, devendo ser entendida como uma tentativa de articular direção política e participação social.

Draghi, embora também mobilize justificações sociais, atribui centralidade à articulação entre inovação, crescimento, produtividade e competitividade. Em estreita coerência com o período histórico e contexto geopolítico onde o documento foi motivado, a inovação surge frequentemente como condição para recuperar dinamismo económico europeu.

A redistribuição explícita e a sustentabilidade ambiental apresentam, em ambos os casos, uma presença mais limitada. Sendo daí possível interpretar que essas não são preocupações centrais em quaisquer das abordagens. Eventualmente com as promessas sociais e ambientais da inovação funcionando sobretudo como elementos complementares de legitimação, sem assumirem o mesmo nível de centralidade que o crescimento e a competitividade.

A categoria D permite recuperar a plasticidade semântica da inovação enquanto dimensão fundamental do referencial teórico. O conceito pode ser associado a objectivos distintos — crescimento, inclusão, sustentabilidade e resolução de problemas sociais — permitindo que actores com prioridades políticas diferentes reconheçam a inovação como finalidade comum.

5.6. Síntese: divergência nas mediações, convergência no horizonte ideológico

A leitura conjunta das quatro categorias permite responder à questão de investigação. Os documentos divergem quanto ao papel atribuído ao Estado, à configuração das relações público-privadas, aos instrumentos de implementação e às justificações privilegiadas. Mazzucato enfatiza a orientação estratégica, a definição de missões e a coordenação colectiva; Draghi atribui maior centralidade ao financiamento, à regulação, à competitividade e à mobilização do investimento privado.

Apesar destas diferenças, a inovação mantém nos dois documentos uma posição normativa central. As divergências incidem sobretudo sobre as formas de institucionalização e operacionalização dessa centralidade, e não sobre a necessidade de atribuir à inovação um papel privilegiado na resposta aos desafios económicos europeus.

Todavia, esta conclusão deve ser interpretada com cuidado. Os documentos analisados constituem mediações institucionais e discursivas, não uma observação direta de uma estrutura ideológica-hegemónica nem dos efeitos materiais das políticas. Os resultados identificam padrões compatíveis com a hipótese de um *zeitgeist* da inovação, mas não demonstram uma relação causal entre esse horizonte normativo e a implementação efetiva das políticas.

6. CONCLUSÃO

A conclusão responde à questão de investigação, não deixando de destacar os contributos da investigação. Para além disso aponta as condicionantes do estudo, bem como possíveis linhas de trabalho futuro.

6.1. Síntese e resposta à questão de investigação

A questão de investigação pode ser respondida nos seguintes termos: os dois documentos apresentam orientações distintas de política de inovação, mas partilham a centralidade normativa atribuída à inovação enquanto resposta aos desafios económicos europeus. A divergência situa-se sobretudo nas mediações institucionais, nos instrumentos de intervenção e na distribuição do protagonismo entre Estado, mercado e outros atores.

Esta convergência constitui o principal resultado da investigação. Nos dois documentos, a inovação é mobilizada como condição privilegiada para responder a problemas económicos e sociais contemporâneos, estando associada a objetivos como crescimento, competitividade, produtividade, transformação tecnológica e resposta a desafios societais. Mais do que uma política entre outras possíveis, surge como um horizonte transversal a partir do qual diferentes problemas são formulados e diferentes soluções de política pública se tornam concebíveis.

Este resultado é consistente com a conceptualização do *zeitgeist* da inovação desenvolvida no capítulo 2, enquanto configuração ideológica que contribui para delimitar o espaço do pensável, do legítimo e do economicamente razoável. A comparação entre Mazzucato e Draghi sugere que diferentes orientações estratégicas podem divergir quanto ao papel atribuído ao Estado, aos mecanismos de intervenção e à relação entre investimento público e iniciativa privada, sem colocarem em causa a posição privilegiada da inovação.

Não obstante, a convergência identificada não deve ser confundida com homogeneidade discursiva. A existência de um horizonte normativo comum não elimina a disputa política, mas desloca-a sobretudo para os meios de concretização: a forma de orientar, financiar, regular e organizar a inovação, bem como os atores que devem assumir maior protagonismo e beneficiar dos seus resultados.

A interpretação deve ser entendida como uma conclusão circunscrita aos dois documentos analisados. Onde a evidência empírica torna plausível a existência de um horizonte normativo comum nesses textos, mas não permite demonstrar a extensão desse horizonte para além do corpus estudado.

6.2. Contributo da investigação

O contributo da investigação pode ser organizado em três planos. Em primeiro lugar, no plano conceptual, o estudo propõe a utilização do conceito de *zeitgeist* da inovação para analisar a forma como a inovação pode funcionar como horizonte normativo, e não apenas como instrumento de política pública.

Em segundo lugar, no plano metodológico, a investigação articula a análise qualitativa de conteúdo com uma leitura de economia política, permitindo relacionar categorias discursivas com diferentes formas de organização institucional.

Em terceiro lugar, no plano empírico, a comparação entre os documentos evidencia que propostas politicamente distintas podem partilhar pressupostos normativos fundamentais. O contributo não consiste em demonstrar a existência de um *zeitgeist* da inovação europeu em sentido abrangente, mas em mostrar como essa hipótese pode ser operacionalizada e examinada num corpus documental delimitado.

Neste sentido, a investigação procura aproximar duas tradições analíticas frequentemente tratadas de forma relativamente separada: por um lado, a economia política da inovação, preocupada com o papel do Estado, dos mercados e dos processos de criação e apropriação de valor; por outro, as abordagens críticas da ideologia, hegemonia e construção social da realidade política. A operacionalização do conceito de *zeitgeist* da inovação constitui a tentativa de estabelecer essa ponte no domínio específico da política económica europeia.

A comparação entre os dois documentos demonstra que a divergência entre modelos de política pública não elimina necessariamente a existência de pressupostos ideacionais comuns. Pelo contrário, pode constituir uma das formas através das quais um horizonte ideológico-hegemónico se reproduz: diferentes atores disputam os mecanismos, os instrumentos e as formas de intervenção, mantendo relativamente estabilizada a definição do objetivo fundamental.

A partir desta leitura comparada, o *zeitgeist* da inovação da UE pode ser caracterizado pela centralidade atribuída à inovação enquanto teleologia na resposta a desafios económicos e sociais, pela associação entre inovação, crescimento, competitividade e transformação futura, e pela confiança na capacidade da ciência, da tecnologia e da iniciativa empreendedora para produzir soluções e novas possibilidades de desenvolvimento. Esta leitura articula-se com uma configuração institucional em que o Estado assume um papel relevante na criação das condições para a inovação.

Em suma, o conceito de *zeitgeist* da inovação revela potencial enquanto ferramenta analítica para estudar não apenas o conteúdo das políticas de inovação, mas também os limites ideacionais dentro dos quais essas políticas são formuladas e operacionalizadas. Em vez de partir da inovação como categoria política autoevidente e avaliar posteriormente os instrumentos destinados à sua promoção, o estudo desnaturaliza o *zeitgeist* da inovação enquanto horizonte autoevidente, intrinsecamente adequado e autojustificável como resposta aos problemas económicos contemporâneos, contribuindo para uma compreensão mais reflexiva das políticas de inovação.

6.3. Condicionantes e alcance dos resultados

Os resultados devem ser interpretados à luz das características do desenho de investigação. Uma condicionante é a da análise ter incidido sobre dois documentos estratégicos, pelo que os resultados não podem ser generalizados a todas as instituições europeias, aos Estados-Membros ou a outros contextos regionais. Embora ambos apresentem elevada centralidade e relevância programática, não esgotam a diversidade de discursos existentes no domínio da inovação, nem permitem generalizar os resultados a todas as instituições, Estados-Membros ou contextos regionais.

Outra condicionante diz respeito à natureza dos dados, uma vez que o *corpus* é constituído por documentos programáticos. A investigação analisa conceptualizações, justificações e orientações

discursivas, não avaliando a implementação das políticas nem os seus efeitos económicos, sociais ou distributivos. Esta delimitação é particularmente relevante relativamente à desigualdade. No presente estudo, esta não foi tratada como variável dependente nem foi procurada uma relação causal entre políticas de inovação e resultados distributivos. A desigualdade foi considerada uma condição histórico-institucional de fundo, permitindo concentrar a análise nos mecanismos ideacionais e institucionais através dos quais determinadas políticas se tornam concebíveis e legitimáveis.

Uma terceira condicionante tem que ver com o estatuto do conceito, uma vez que o *zeitgeist* é tratado como uma configuração ideacional latente. Os resultados identificam manifestações discursivas compatíveis com essa configuração, mas não permitem demonstrar a sua extensão, estabilidade ou eficácia causal para além dos casos estudados.

No que toca ao alcance dos resultados, conforme referido a investigação não pretende demonstrar a existência de um *zeitgeist* da inovação através de uma relação causal linear, mas identificar manifestações empíricas compatíveis com a sua conceptualização.

Importaria perceber qual a materialização dos objetivos teórico-aspiracionais na realidade concreta dos cidadãos europeus. Seja pela potencial captura de valor socialmente gerado, seja pela aplicação das ideias desenhadas aos quadros de cada estado-nação[11] ou ainda pelo cariz aceleracionista onde os resultados são sistematicamente diferidos.

6.4. Pistas para investigação futura

A investigação futura poderá desenvolver-se em quatro direcções. Primeiro, através do alargamento Primeiro, através do alargamento do corpus a documentos da Comissão Europeia, do Conselho Europeu, de programas de financiamento e de estratégias nacionais. Permitindo com isso investigar se os padrões identificados nos dois casos perpassam diferentes arenas de formulação de política pública.

Uma segunda linha consistiria em analisar a relação entre discurso e implementação, examinando a tradução das racionalidades identificadas em instrumentos financeiros, regimes regulatórios e mecanismos de distribuição de recursos. O presente estudo situa-se predominantemente na transição entre o nível ideológico-hegemónico e as suas mediações institucionais.

Uma terceira hipótese através de comparações com outras regiões e blocos geopolíticos, pese embora as potenciais limitações de acesso à documentação relevante. Tal permitiria desenvolver um estudo comparativo inter-regional com uma eventual dimensão geopolítica na leitura comparada dos blocos.

[11] Este tema da "incompletude" da UE merece particular destaque enquanto entidade demasiado integrada para os Estados nacionais, mas insuficientemente integrada para uma política económica de escala transnacional. Embora falemos da UE como um bloco homogéneo a sua realidade plurinacional constitui um entrave à adoção e implementação de políticas públicas articuladas entre os Estados-Membros. Esse cariz *in-between* limita a concretização de uma ação síncrona, como advogado nos dois documentos estratégicos tratados.

Como quarta opção, poderia evoluir-se numa análise temporal que permita avaliar a evolução do papel da inovação em diferentes contextos de crise, emergência e transformação económica. Se a inovação se apresenta como resposta a um presente permanentemente deficitário e como condição para assegurar futuros económicos desejáveis, importa compreender de que modo diferentes expectativas de futuro ou diferentes configurações de potencial crise/emergência[12] influenciam a seleção de tecnologias, setores e investimentos no presente.

Uma quinta opção consistiria em investigar em que condições a inovação pode deixar de funcionar como pressuposto incontestado e voltar a ser objeto de disputa política. Isso implicaria deslocar a questão de "como inovar?" para perguntas relativas à necessidade, finalidade, distribuição e beneficiários da inovação.

6.5. Considerações finais

Em síntese, a análise sugere que o *zeitgeist* da inovação não elimina o conflito político, mas tende a deslocá-lo para os meios de promoção da inovação. Mazzucato e Draghi apresentam conceções distintas sobre o Estado, o mercado e a intervenção pública, mas partilham a atribuição de um estatuto privilegiado à inovação.

A conclusão deve ser entendida num sentido circunscrito aos dois documentos analisados. O estudo não demonstra a existência de um *zeitgeist* da inovação europeu em sentido abrangente, mas identifica padrões discursivos convergentes que tornam plausível essa interpretação no corpus considerado.

Em razão disso, o resultado central é que a disputa não se organiza principalmente em torno da necessidade de atribuir centralidade à inovação, mas das formas de a orientar, financiar, institucionalizar e distribuir os benefícios dela decorrentes.

[12] O fenómeno da pandemia de COVID-19 foi sintomático de como uma emergência real pode ser instrumentalizada como augúrio legitimador baseado numa provável recorrência futura.

7. BIBLIOGRAFIA

Blyth, M. (2013). *Austerity: A history of a dangerous idea*. Oxford University Press.

Crehan, K. (2016). *Gramsci's common sense: Inequality and Its narratives*. Duke University Press.

Czerniak, S. (2023). Karl Mannheim's sociology of knowledge versus the problem of relativism and the objectivity of cognition. *Dialogue and Universalism*. https://doi.org/https://doi.org/10.5840/du202333336

Edler, J., & Fagerberg, J. (2017). Innovation policy: what, why, and how. *Oxford Review of Economic Policy*, *33*(1), 2–23. https://doi.org/10.1093/oxrep/grx001

Fagerberg, J., & Mowery, D.C. (2006). *The Oxford handbook of innovation*. https://doi.org/https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199286805.001.0001

Forster, M. (2018). *Herder's philosophy*. Oxford University Press.

Freeman, C. (1995). The 'National System of Innovation' in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, *19*(1), 5–24. https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035309

Gläser-Zikuda, M., Hagenauer, G., & Stephan, M. . (2020). The potential of qualitative content analysis for empirical education research. *Forum Qualitative Sozialforschung Forum: Qualitative Social Research*, *21*. https://doi.org/10.17169/fqs-21.1.3443

Guignon, C. (2006). *Heidegger and the Problem of Knowledge*. Hackett.

Hall, P. A. (1993). Policy paradigms, social learning, and the state: The case of economic policymaking in Britain. *Comparative Politics*, *25*(3), 275–296. https://doi.org/10.2307/422246

Hall, S. (1980). *Encoding and decoding in the television discourse*. Hutchinson.

Hartog, F. (2003). *Regimes of historicity: Presentism and the temporalization of the world*. European Journal of Social Theory.

Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford University Press.

Harvey, D. (2010). *The enigma of capital and the crises of capitalism*. Oxford University Press.

Houlgate, S. (2005). *An Introduction to Hegel: Freedom, Truth and History.* Blackwell.

Jameson, F. (1991). *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Duke University Press.

Jasanoff, S., & Kim, S.-H. (2013). Sociotechnical Imaginaries and National Energy Policies. *Science as Culture*, *22*(2), 189–196. https://doi.org/10.1080/09505431.2013.786990

Jessop, B. (2004). Critical semiotic analysis and cultural political economy. *Critical Discourse Studies*, *1*(2), 159–174. https://doi.org/https://doi.org/10.1080/17405900410001674506

Jessop, B. (2007). *State Power: A strategic-relational approach* Polity Press.

Jessop, B. (2010). Cultural political economy and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 336–356.

Juhász, R., Lane, N., & Rodrik, D. (2024). The New Economics of Industrial Policy. *Annual Review of Economics*, *16*, 213–242. https://doi.org/10.1146/annurev-economics-081023-024638

Kivunja, C. (2018). Distinguishing between theory, theoretical framework, and conceptual framework: A systematic review of lessons from field. *International Journal of Higher Education*, *7*(6), 44–53. https://doi.org/https://doi.org/10.5430/ijhe.v7n6p44

Koselleck, R. (2004). *Futures past: On the semantics of historical time*. Columbia University Press.

Kuhn, T. S. (2012). *The structure of scientific revolutions* (50th ed.). University of Chicago Press.

Lazzarato, M. (2014). Signs and Machines: Capitalism and the Production of Subjectivity. *MIT Press*.

Marazzi, C. (2011). *Capital and Affects: The Politics of the Language Economy*. MIT Press.

Marx, K. (1973). *Grundrisse: Foundations of the critique of political economy (M. Nicolaus, Trans.).* Penguin Books.

Mazzucato, M. (2013). *The entrepreneurial state: Debunking public vs. private sector myths*. Anthem Press.

Mazzucato, M. (2018a). Mission-oriented innovation policies: challenges and opportunities. *Industrial and Corporate Change*, *27*(5), 803–815. https://doi.org/10.1093/icc/dty034

Mazzucato, M. (2018b). *The value of everything: Making and taking in the global economy*. Allen Lane.

Mazzucato, M. (2021). *Mission economy: A moonshot guide to changing capitalism*. Harper.

Parkinson, G. H. R. (1981). Hegel, Marx and Dialectic: A Debate By Richard Norman and Sean Sayers Brighton: Harvester Press Ltd, 1980, viii + 188 pp., £16.50. *Philosophy*, *56*(216), 276–277. https://doi.org/10.1017/S003181910005021X

Pérez, C. (2002). *Technological revolutions and financial capital: The dynamics of bubbles and golden ages*. Edward Elgar Publishing.

Pérez, C. (2009). Technological revolutions and techno-economic paradigms. *Cambridge Journal of Economics*, *34*(1), 185–202. https://doi.org/10.1093/cje/bep051

Pfotenhauer, S., Juhl, J., & Aarden, E. (2019). Challenging the "deficit model" of innovation: Framing policy issues under the innovation imperative. *Research Policy*, *48*(4), 895–904. https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.10.015

Pollock, N., & Williams, R. (2010). The business of expectations: How promissory organizations shape technology and innovation. *Social Studies of Science*, *40*(4), 525–548. https://doi.org/10.1177/0306312710362275

Roe, E. (1994). *Narrative Policy Analysis: Theory and Practice*. Duke University Press.

Rosa, H. (2003). *Social acceleration: A new theory of modernity*. Columbia University Press.

Schmidt, V. (2020). *Europe's Crisis of Legimity - Governing by Rules and Ruling by Numbers in the Eurozone*. Oxford University Press.

Sum, N.-L. J., & Jessop, B. (2013). *Towards a cultural political economy: Putting culture in its place in political economy*. Edward Elgar Publishing.

Varpio, L., Paradis, E., Uijtdehaage, S., & Young, M. (2020). The Distinctions Between Theory, Theoretical Framework, and Conceptual Framework. *Acad Med*, *95*(7), 989–994. https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000003075

Vercellone, C. (2007). From formal subsumption to general intellect: elements for a marxist reading of the thesis of cognitive capitalism, in historical materialism. *Historical Materialism*, *15*(1), 13–36. https://doi.org/https://doi.org/10.1163/156920607X171681

Vidauskytė, L. (2020). Karl Jaspers' Conception of the Axial Age and the Idea of Paradigmatic Individuals. *Dialogue and Universalism*, 187–204.

Virno, P. (2007). General Intellect. *Historical Materialism*, *15*(3), 3–8. https://doi.org/https://doi.org/10.1163/156920607X225843

Wrathall, M. (2011). *Heidegger and Unconcealment: Truth, Language, and History*. Cambridge University Press.

8. ANEXOS

Anexo I: Excertos codificados

A1. Estado com papel determinante na criação de mercados

- **Documento I (Mazzucato)**

Reference 1 - 0,05% Coverage

into concrete, measurable, and, most importantly, achievable missions

Reference 2 - 0,05% Coverage

we must first answer the critical question of how to direct innovation

Reference 3 - 0,13% Coverage

Only at the level of the European Union, with its long experience of operating within a multilevel governance system, can we achieve the scale and diversity of talent and ideas to make real progress

Reference 4 - 0,07% Coverage

help steer

investment towards tackling

challenges but in a more focussed, problemsolving manner

Reference 5 - 0,05% Coverage

by stimulating multiple sectors and multiple forms of cross-actor collaborations

Reference 6 - 0,12% Coverage

Missions need to be chosen to address clear challenges that stimulate the private sector to invest where it would not have otherwise invested (“additionality” in business)

Reference 7 - 0,07% Coverage

Missions should engage as much as possible with Member State strategies, including industrial strategies

- **Documento II (Draghi)**

Reference 1 - 0,02% Coverage

the private sector will not be able to bear the lion’s share of financing investment without public sector support

Reference 2 - 0,04% Coverage

the report recommends for the EU to establish industrial partnerships with third countries in the form of offtake agreements across the supply chain or co-investment in manufacturing projects.

Reference 3 - 0,01% Coverage

to establish a true Single Market for waste and circularity.

Reference 4 - 0,05% Coverage

It is also proposed to establish a multi-purpose Space Industrial Fund that would allow the European Commission to act as an “anchor customer” to jointly purchase space services and products and fund critical technologies

A2. Estado com papel passivo na criação de mercados

- Documento I (Mazzucato)

-

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,04% Coverage

these policies must be organised according to a set of key principles which embed best practice. Among others, the focus of such policies should be on sectors rather than companies

A3. Relações público-privadas cooperação

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,07% Coverage

missions must be bold, activating innovation across sectors, across actors and across disciplines

Reference 2 - 0,10% Coverage

have the possibility to bring together different actors (public, private and third sector) and spurring collaboration across different sectors

Reference 3 - 0,06% Coverage

collaboration are not a nice complement, but rather a critical factor for success

Reference 4 - 0,16% Coverage

By setting missions that require different sectors to work together, it is possible to create instruments that reward those businesses that are willing and able to co-invest alongside European and Member State public investments

Reference 5 - 0,04% Coverage

about dynamic co-investment along the entire innovation chain

Reference 6 - 0,04% Coverage

Bold missions can provide new syntheses that are today impossible

Reference 7 - 0,07% Coverage

new forms of partnerships between the public sector, the private sector and civil society organisations

Reference 8 - 0,05% Coverage

by stimulating multiple sectors and multiple forms of cross-actor collaborations

Reference 9 - 0,12% Coverage

Missions connect all relevant actors through new forms of partnerships for co-design and co-creation by focussing on targets that require multiple sectors and actors to solve

Reference 10 - 0,14% Coverage

This will lead to more

complementary public investments from European, national or regional programmes, and also additional private investments, creating a catalysing effect on the chances for success

Reference 11 - 0,26% Coverage

To achieve carbon neutrality in cities, these actors need to collaborate across sectors, such as urban planning, construction, energy efficiency in buildings, mobility, behavioural aspects, food, environmental capacity etc. while incorporating cross-disciplinary research such as urban planning, energy efficiency in buildings, mobility, consumer behaviour and innovative business

Reference 12 - 0,12% Coverage

These actors will need to collaborate across sectors, (such as medical, tech, social, consumer goods, pharmaceutical, design, service sector, behavioural economics, etc.)

- **Documento II (Draghi)**

Reference 1 - 0,02% Coverage

European collaborative procurement accounted for less than a fifth of spending on defence equipment procurement in 2022

Reference 2 - 0,02% Coverage

In the EU context, linking policies in this way requires a high degree of coordination between national and EU efforts.

Reference 3 - 0,03% Coverage

To maximise productivity, some joint funding for investment in key European public goods, such as breakthrough innovation, will be necessary.

Reference 4 - 0,05% Coverage

To improve coordination, the EU could promote a "European Research and Innovation Action Plan", designed by Member States, together with the Commission, the research community, and stakeholders from the private sector

Reference 5 - 0,04% Coverage

A "federated AI model" should be developed based on cooperation between public and private infrastructures to provide AI training power and cloud services to increase the EU's competitive scale.

Reference 6 - 0,02% Coverage

To facilitate this cooperation, EU companies should be encouraged to participate in an "AI Vertical Priorities Plan"

A4. Relações público-privadas dependência

- Documento I (Mazzucato)

-

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,04% Coverage

Likewise, we do not collaborate enough on innovation, even though public investments in breakthrough technologies require large capital pools and the spillovers for everyone are substantial

A6. Setor privado como privilegiado

- Documento I (Mazzucato)

-

- Documento II(Draghi)

Reference 1 - 0,02% Coverage

The evidence is overwhelming that competition stimulates productivity, investment and innovation

A7. Setor público como privilegiado

- Documento I (Mazzucato)

-

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,03% Coverage

For priority sectors, the EU should aim as far as possible to be competitively neutral and regulation should be designed to facilitate market entry.

B1. Forma de subjetivação do sujeito adaptável flexível

- Documento I (Mazzucato)

-

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,05% Coverage

At the same time, Europe will need a fundamentally new approach to skills. The EU must ensure that all workers have a right to education and retraining, allowing them to move into new roles as their companies adopt technology, or into good jobs in new sectors

B2. Forma de subjetivação do sujeito criativo

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,06% Coverage

they are intended to trigger the imagination and ambition of participants in that process

- Documento II (Draghi)

-

B4. Inovação como competitividade económica

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,05% Coverage

how research and innovation can not only stimulate growth and economic activity

Reference 2 - 0,04% Coverage

to awaken private sector investment that continues to lag

Reference 3 - 0,05% Coverage

take advantage of its unique nature as a common market of diverse economies

Reference 4 - 0,12% Coverage

Missions need to be chosen to address clear challenges that stimulate the private sector to invest where it would not have otherwise invested ("additionality" in business)

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,02% Coverage

Europe largely missed out on the digital revolution led by the internet and the productivity gains it brought

Reference 2 - 0,03% Coverage

Europe must profoundly refocus its collective efforts on closing the innovation gap with the US and China, especially in advanced technologies

Reference 3 - 0,02% Coverage

our Single Market fragmented for decades, which has a cascading effect on our competitiveness

Reference 4 - 0,04% Coverage

The core focus of a competitiveness agenda should be to raise productivity growth, which is the most important driver of long-term growth and leads to rising standards of living over time

Reference 5 - 0,03% Coverage

Europe urgently needs to accelerate its rate of innovation both to maintain its manufacturing leadership and to develop new breakthrough technologies

Reference 6 - 0,04% Coverage

Important Projects of Common Interest (IPCEIs) should be expanded to all forms of innovation that could effectively push Europe to the frontier in strategically important sectors and benefit from EU financing.

Reference 7 - 0,02% Coverage

the programme should be refocused on a smaller number on commonly agreed priorities

B5. Inovação como promessa de futuro

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,04% Coverage

innovation to solve the pressing global challenges of our time

Reference 2 - 0,03% Coverage

innovation has not only a rate but also a direction

Reference 3 - 0,13% Coverage

A mission should have societal relevance, for example in the ability to improve health, nutrition, or the living environment for a large section of European citizens across a range of Member States

Reference 4 - 0,04% Coverage

will be developed that will have an impact on people's daily lives

Reference 5 - 0,07% Coverage

Missions must be framed within challenges that are broadly agreed to be of high societal importance

Reference 6 - 0,10% Coverage

missions are both a means of setting economic growth in the direction of where we want to be as a society and a vehicle we can use to get there

Reference 7 - 0,03% Coverage

the potential benefits are staggering

Reference 8 - 0,04% Coverage

secondly by how much impact the successes had across society

- **Documento II (Draghi)**

Reference 1 - 0,01% Coverage

We will have to scale back some, if not all, of our ambitions

Reference 2 - 0,01% Coverage

This is an existential challenge.

Reference 3 - 0,04% Coverage

We must unlock our innovative potential. This will be key not only to lead in new technologies, but also to integrate AI into our existing industries so that they can stay at the front

Reference 4 - 0,03% Coverage

Europe urgently needs to accelerate its rate of innovation both to maintain its manufacturing leadership and to develop new breakthrough technologies

Reference 5 - 0,05% Coverage

With the world now on the cusp of another digital revolution, triggered by the spread of artificial intelligence (AI), a window has opened for Europe to redress its failings in innovation and productivity and to restore its manufacturing potential

B6. Inovação como via solucionista

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,04% Coverage

innovation to solve the pressing global challenges of our time

Reference 2 - 0,04% Coverage

actively direct it towards meeting global challenges

Reference 3 - 0,09% Coverage

to increase the impact of European research and innovation, grasp the public imagination and make real progress on complex challenges

Reference 4 - 0,13% Coverage

can provide the means to focus our research, innovation and investments on solving critical problems, while also spurring growth, jobs and resulting in positive spillovers across many sectors

Reference 5 - 0,09% Coverage

Missions provide a solution, an opportunity, and an approach to address the numerous challenges that people face in their daily lives.

Reference 6 - 0,08% Coverage

achieve the breakthroughs that are urgently needed to solve some of the most pressing issues facing our citizens

Reference 7 - 0,13% Coverage

A mission should have societal relevance, for example in the ability to improve health, nutrition, or the living environment for a large section of European citizens across a range of Member States

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,04% Coverage

We must unlock our innovative potential. This will be key not only to lead in new technologies, but also to integrate AI into our existing industries so that they can stay at the front

Reference 2 - 0,02% Coverage

This objective will entail accelerating significantly technological and scientific innovation

Reference 3 - 0,06% Coverage

The EU should also carefully explore the potential of environmentally-sustainable deep sea mining: estimates suggest that the sea bed holds large multiples of the known land-based reserves for example for copper, titanium, manganese, cobalt, nickel and rare earth elements

C1. Instrumentos financeiros e de mercado

- Documento I (Mazzucato)

-

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,01% Coverage

Europe needs a joint plan for decarbonisation and competitiveness

Reference 2 - 0,03% Coverage

EU will need to develop a genuine “foreign economic policy” that coordinates preferential trade agreements and direct investment with resource-rich nations

Reference 3 - 0,04% Coverage

Europe will also need to develop a strong and independent defence industrial capacity that allows it to meet increasing demand for military assets and equipment and remain at the forefront of defence technology

Reference 4 - 0,01% Coverage

The Single Market is critical for all aspects of the strategy

Reference 5 - 0,05% Coverage

To digitalise and decarbonise the economy and increase the EU’s defence capacity, the total investment-to-GDP rate will have to rise by around 5 percentage points of EU GDP per year to levels last seen in the 1960s and 70s.

Reference 6 - 0,07% Coverage

The EU must ensure that more cities and regions can participate in the sectors that will drive future growth, building on existing initiatives such as Innovation Valleys Net, Zero Acceleration Valleys and Hydrogen Valleys. This will require new types of investments in cohesion and reforms at the subnational level in many Member States

Reference 7 - 0,03% Coverage

an increased share of the budget allocation should be allocated towards financing disruptive innovation and, to make efficient use of this funding

Reference 8 - 0,02% Coverage

the budget of the new Framework Programme should be doubled to EUR 200 billion per 7 years.

Reference 9 - 0,04% Coverage

The report recommends doubling the support for fundamental research through the ERC, significantly increasing the number of grant recipients without diluting the amount they receive.

Reference 10 - 0,03% Coverage

Increasing the appeal of European stock markets for IPOs would improve funding options for founders, encouraging more start-up activity in the EU.

Reference 11 - 0,05% Coverage

increasing the budget of the European Investment Fund (EIF), which is part of the EIB Group and provides finance to SMEs, improving coordination between the EIF and the EIC, and eventually rationalising the VC funding environment in Europe

Reference 12 - 0,07% Coverage

building on this initiative by significantly increasing the computing capacity dedicated to the training and algorithmic development of AI models in HPC centres. At the same time, the EU should finance the expansion of Euro-HPC to additional cloud and storage capabilities to support AI training in multiple locations.

Reference 13 - 0,06% Coverage

the report recommends adopting EU-wide data security policies for collaboration between EU and non-EU cloud providers, allowing access to US hyperscalers' latest cloud technologies while preserving encryption, security and ring-fenced services for trusted EU providers

Reference 14 - 0,04% Coverage

the report recommends defining telecoms markets at the EU level – as opposed to the Member State level – and increasing the weight of innovation and investment commitments in the EU's rules for clearing mergers

Reference 15 - 0,05% Coverage

The report recommends reinforcing joint procurement – at least for LNG – to leverage Europe's market power and establishing long-term partnerships with reliable and diversified trade partners as part of a genuine EU gas strategy

Reference 16 - 0,04% Coverage

The EU should also put in place a common trading rulebook applying to both spot and derivatives markets and ensure integrated supervision of energy and energy derivatives markets

Reference 17 - 0,03% Coverage

the report recommends developing market platforms to contract resources and pool demand between generators and offtakers.

Reference 18 - 0,04% Coverage

the EIB and National Promotional Banks could provide counter guarantees and specific financial products for small consumers or suppliers that lack a proper credit rating

Reference 19 - 0,05% Coverage

The report recommends, first, to establish a "28th regime" – i.e. a special legal framework outside of the 27 different national legal frameworks – for interconnectors deemed to be Important Projects of Common European Interest (IPCEIs)

Reference 20 - 0,03% Coverage

the next Multiannual Financial Framework should reinforce the EU instrument dedicated to financing interconnectors (the Connecting Europe Facility)

Reference 21 - 0,06% Coverage

The report recommends earmaking a larger share of ETS revenues to EIIs, with resources targeted towards innovating assets and processes and enhancing the skills needed for decarbonisation, for example by supporting the uptake of green hydrogen or carbon capture and storage solutions

Reference 22 - 0,05% Coverage

The next Multiannual Financial Framework (MFF) should streamline the number of funds devoted to the manufacturing of clean tech, concentrating on technologies where the EU has an advantage and strong potential for growth

Reference 23 - 0,04% Coverage

To attract more private sector funding to clean tech, and especially towards innovative companies, dedicated financing schemes should be developed employing the same financing strategies discussed in chapter 2

Reference 24 - 0,01% Coverage

to establish a true Single Market for waste and circularity.

Reference 25 - 0,02% Coverage

funding for innovation and the establishment of testing labs near existing centres of excellence

Reference 26 - 0,03% Coverage

providing grants or R&D tax incentives for “fabless” companies active in chips design and foundries in selected strategic segments

Reference 27 - 0,01% Coverage

supporting the innovation potential of mainstream chips

Reference 28 - 0,04% Coverage

This process should be accompanied by the establishment of a functioning Single Market for space, with common standards and the harmonisation of licensing requirements (in line with the planned EU Space Law).

Reference 29 - 0,04% Coverage

as for the defence sector, the growth of innovative EU space SMEs, start-ups and scale-ups should be enabled by improved access to finance and the introduction of targeted European preference rules

Reference 30 - 0,03% Coverage

It is unquestionable that the issuance of a common safe asset would make the CMU much easier to achieve and more complete

Reference 31 - 0,03% Coverage

Some joint funding of investment at the EU level is necessary to maximise productivity growth, as well as to finance other European public goods.

Reference 32 - 0,04% Coverage

To increase the flow of funds into capital markets, the EU should encourage retail investors through the offer of second pillar pension schemes, replicating the successful examples of some EU Member States

Reference 33 - 0,02% Coverage

This report recommends that the Commission makes a proposal to adjust prudential requirements for securitised assets.

Reference 34 - 0,03% Coverage

Dedicated funding schemes should be put in place to address the investment gap for scale-up technology companies in the EU

Reference 35 - 0,04% Coverage

The EU budget should also be better leveraged to support private investment through different types of financial instruments and more risk appetite by implementing partners.

C2. Reformas e instrumentos regulatórios

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,02% Coverage

to the need for smart regulation

Reference 2 - 0,05% Coverage

A diverse set of different funding instruments will help achieve this

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,02% Coverage

In this setting, we will need a genuine EU “foreign economic policy” to retain our freedom – a so-called statecraft

Reference 2 - 0,03% Coverage

we continue to add regulatory burdens onto European companies, which are especially costly for SMEs and self-defeating for those in the digital sectors

Reference 3 - 0,02% Coverage

Decisions are typically made issue-by-issue with multiple veto players along the way.

Reference 4 - 0,01% Coverage

while Europe must advance with its Capital Markets Union

Reference 5 - 0,02% Coverage

in removing obstacles, harmonising rules and laws, and coordinating policies

Reference 6 - 0,02% Coverage

levelling the playing field may be necessary for continued productivity growth

Reference 7 - 0,02% Coverage

removing barriers that prevent innovative companies from growing and attracting finance

Reference 8 - 0,01% Coverage

The Single Market is critical for all aspects of the strategy:

Reference 9 - 0,03% Coverage

competition policy should

continue to adapt to changes in the economy so that it does not become a barrier to Europe's goals

Reference 10 - 0,05% Coverage

First, integrating Europe's capital markets to better channel high household savings towards productive investments in the EU will be essential. Second, the more willing the EU is to reform itself to generate an increase in productivity,

Reference 11 - 0,03% Coverage

Europe must act as a Union in a way it never has before, based around a renewed European partnership among Member States

Reference 12 - 0,03% Coverage

applying the subsidiarity principle more rigorously and showing more "self-restraint". It will also be crucial to reduce the regulatory burden on companies

Reference 13 - 0,07% Coverage

The EU must ensure that more cities and regions can participate in the sectors that will drive future growth, building on existing initiatives such as Innovation Valleys Net, Zero Acceleration Valleys and Hydrogen

Valleys. This will require new types of investments in cohesion and reforms at the subnational level in many Member States

Reference 14 - 0,06% Coverage

In June 2023, the EU adopted a new Economic Security Strategy furnishing itself with a range of instruments to deal with dumping, respond to coercion and address distortions caused by foreign subsidies within the EU, as well as adopting tools to address technology leakage and enforce sanctions

Reference 15 - 0,04% Coverage

In some cases, the EU should use its trade policy arsenal to keep barriers low, in others to level the playing field and in others still to secure critical supply chains.

Reference 16 - 0,08% Coverage

Accelerating innovation and technological progress in Europe will require a high degree of trade openness towards countries that provide key technologies in which the EU is currently deficient. For example, maintaining low trade barriers in digital goods, services and infrastructures with the US will be key to guarantee access to the latest AI models and processors.

Reference 17 - 0,03% Coverage

EIC should be reformed to become a genuine “ARPA-type agency”, supporting high-risk projects with the potential of delivering breakthrough technological advances

Reference 18 - 0,02% Coverage

to maximise access for young, innovative companies – application processes should be faster and less bureaucratic

Reference 19 - 0,03% Coverage

the EU should introduce an excellence-based, highly competitive “ERC for Institutions” programme to provide the required resources for academic institutions

Reference 20 - 0,04% Coverage

to overcome bureaucratic barriers in universities and research institutions to managing intellectual property rights with their researchers, a new blueprint for fair and transparent royalty sharing is recommended

Reference 21 - 0,04% Coverage

Second, to lower application costs for young companies and to offer uniform protection of intellectual property, it is proposed to adopt the Unitary Patent in all EU Member States

Reference 22 - 0,02% Coverage

with the aim of excluding SMEs from regulations that only large companies are able to comply with

Reference 23 - 0,04% Coverage

the EU should support rapid growth within the European market by giving innovative start-ups the opportunity to adopt a new EU-wide legal statute (the “Innovative European Company”)

Reference 24 - 0,04% Coverage

A “federated AI model” should be developed based on cooperation between public and private infrastructures to provide AI training power and cloud services to increase the EU’s competitive scale

Reference 25 - 0,03% Coverage

It should be supported within open-source frameworks, safeguarded from antitrust enforcement by competition authorities.

Reference 26 - 0,03% Coverage

EU should legislate mandatory standards for public sector procurement, thereby levelling the playing field for EU companies against larger non-EU players

Reference 27 - 0,04% Coverage

to negotiate a low barrier “digital transatlantic marketplace”, guaranteeing supply chain security and trade opportunities for EU and US tech companies on fair and equal conditions.

Reference 28 - 0,05% Coverage

To ensure that EU players remain at the forefront of new technological developments, it is recommended to establish an EU-level body with public-private participation to develop homogenous technical standards for the deployment of network APIs and edge computing

Reference 29 - 0,04% Coverage

by reviewing rules for studies combining medicines with medical devices and the application of AI and streamlining guidance across different agencies to industry on unmet medical needs

Reference 30 - 0,07% Coverage

The report recommends that, first, the EU and Members States enhance their use of skills intelligence by making much more intense use of data to understand and act on existing skills gaps. Second, education and training systems need to become more responsive to the changing skill needs and skill gaps identified by the skills intelligence.

Reference 31 - 0,04% Coverage

a common system of certification should be introduced to make the skills acquired through training programmes easily understandable by prospective employers throughout the EU

Reference 32 - 0,03% Coverage

the EU programmes dedicated to education and skills should be redesigned, so that the funding allocated can achieve a much greater impact

Reference 33 - 0,04% Coverage

Following the US example, regulators should be able to apply financial position limits as well as dynamic caps in circumstances when EU energy spot or derivatives prices diverge markedly from global energy prices.

Reference 34 - 0,03% Coverage

EU should review the “ancillary activities exemption” to ensure that all trading entities are subject to the same supervision and requirements

Reference 35 - 0,04% Coverage

The EU should decouple the remuneration of renewable energy and nuclear from fossil-fuel generation by building on the tools introduced under the new Electricity Market Design

Reference 36 - 0,04% Coverage

a fundamental component of lowering energy costs for end users is reducing energy taxation, which can be achieved by adopting a common maximum level of surcharges across the EU

Reference 37 - 0,04% Coverage

The report recommends extending acceleration measures and emergency regulation to heat networks, heat generators, and hydrogen and carbon capture and storage infrastructure.

Reference 38 - 0,04% Coverage

would be for the EU to make renewable acceleration areas and strategic environmental assessments the rule for renewables expansion, replacing individual assessments per project

Reference 39 - 0,02% Coverage

a permanent European coordinator should be created in charge of assisting in obtaining the necessary permits

Reference 40 - 0,04% Coverage

A genuine Energy Union should ensure that central market functions of relevance for an integrated market are performed centrally and subject to proper regulatory oversight.

Reference 41 - 0,03% Coverage

This quota should be combined with criteria established at EU level for orienting local production to the most innovative and sustainable solutions.

Reference 42 - 0,07% Coverage

This approach should be matched by deeper coordination with adjacent network industries (energy and telecoms) and new incentives in the EU budget for Member States to remove barriers to EU integration and ensure interoperability and competition in all transport segments, when these goals goes beyond the application of EU law.

Reference 43 - 0,02% Coverage

the EU needs to implement the Critical Raw Materials Act (CRMA) rapidly and fully

Reference 44 - 0,04% Coverage

The report recommends complementing this Act with a comprehensive strategy covering all stages of the critical mineral supply chain, from extraction to processing to recycling

Reference 45 - 0,02% Coverage

Accelerating the opening of domestic mines could enable the EU to meet its entire demand for some critical minerals.

Reference 46 - 0,02% Coverage

The report recommends progressively removing the ESA’s geographical return principle.

Reference 47 - 0,05% Coverage

An essential step to transform ESMA into such an agency is modify its governance and decision-making processes along similar lines as those of the ECB Governing Council, detaching them as much as possible from the national interests of EU Member States

Reference 48 - 0,04% Coverage

the EU should review transparency and due diligence rules for securitised assets, which are relatively high compared to other asset classes and reduce their attractiveness

Reference 49 - 0,04% Coverage

The report recommends establishing a new “Competitiveness Coordination Framework” to foster EU-wide coordination in priority areas, replacing other overlapping coordination instruments

Reference 50 - 0,04% Coverage

EU resources should focus on funding public goods that are critical to the EU’s strategic priorities and which would otherwise be undersupplied by Member States or the private sector

Reference 51 - 0,04% Coverage

Council votes subject to qualified majority voting (QMV) should be extended to more areas, and if action at the EU level is blocked, a differentiated approach to integration should be pursued

Reference 52 - 0,05% Coverage

To start lowering the “stock” of regulation, the report recommends appointing a new Commission Vice President for Simplification to streamline the acquis, while adopting a single, clear methodology to quantify the cost of the new regulatory “flow”

Reference 53 - 0,02% Coverage

a second phase should focus on pursuing the codification and consolidation of EU legislation by policy area

D1. Coesão e inclusão social

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,07% Coverage

nurture a new belief amongst EU citizens about what real collaboration across Europe can achieve

Reference 2 - 0,11% Coverage

By harnessing the directionality of innovation, we also harness the power of research and innovation to achieve wider social and policy aims as well as economic goals

Reference 3 - 0,05% Coverage

we can have innovation-led growth that is also more sustainable and equitable

Reference 4 - 0,13% Coverage

can provide the means to focus our research, innovation and investments on solving critical problems, while also spurring growth, jobs and resulting in positive spillovers across many sectors

Reference 5 - 0,22% Coverage

Whether that be to have clean air to breathe in congested cities, to live a healthy and independent life at all ages, to have access to digital technologies that improve public services, or to have better and cheaper treatment of diseases like cancer or obesity that continue to affect billions of people across the globe

Reference 6 - 0,03% Coverage

It also requires stronger civic engagement

Reference 7 - 0,04% Coverage

reinvigorate democratic processes around economic policies

Reference 8 - 0,12% Coverage

being connected to debates in society about what the key challenges are, like sustainability, inequality, health, climate change, and increasing the quality of the welfare state

Reference 9 - 0,06% Coverage

It should touch the lives of, or inspire, a significant part of the European population

Reference 10 - 0,12% Coverage

Selection of a mission that will incite broad public engagement, as well as a wide interest from industry and civil society stakeholders, can spur further political commitment.

Reference 11 - 0,08% Coverage

The issue of public engagement and missions is crucial because of the symbiotic nature of the relationship between the two

Reference 12 - 0,13% Coverage

Public participation in the selection process must be followed by public inclusion in the implementation. Keeping society informed of progress and achievement of intermediate milestones

Reference 13 - 0,05% Coverage

Citizens can possibly be mobilised to become active participants in missions

Reference 14 - 0,15% Coverage

Many different actors of society will need to be involved (such as chemical engineers, marine biologists, marketing experts, environmental scientists, earth observation specialists, fishermen, citizens at large, etc.).

Reference 15 - 0,05% Coverage

It can only be addressed by bringing together a wide range of actors

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,01% Coverage

so that technology and social inclusion go together.

Reference 2 - 0,03% Coverage

we should aim to exceed the US in providing opportunities for education and adult learning and good jobs for all throughout their lifetimes

Reference 3 - 0,02% Coverage

Reforms can only be truly ambitious and sustainable if they enjoy democratic backing

Reference 4 - 0,05% Coverage

A key part of this process will be empowering people. Leaders and policymakers should engage with all actors within their respective societies to define objectives and actions for the transformation of Europe's economy.

Reference 5 - 0,03% Coverage

Providing workers with adequate skills and training to make use of AI can nevertheless help to make the benefits of AI more inclusive

Reference 6 - 0,02% Coverage

Curricula need to be revised accordingly, also involving employers and other stakeholders.

D2. Crescimento económico

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,05% Coverage

how research and innovation can not only stimulate growth and economic activity

Reference 2 - 0,05% Coverage

The ability of innovation to spur economic growth has long been recognised

Reference 3 - 0,11% Coverage

By harnessing the directionality of innovation, we also harness the power of research and innovation to achieve wider social and policy aims as well as economic goals.

Reference 4 - 0,05% Coverage

we can have innovation-led growth that is also more sustainable and equitable

Reference 5 - 0,13% Coverage

can provide the means to focus our research, innovation and investments on solving critical problems, while also spurring growth, jobs and resulting in positive spillovers across many sectors

Reference 6 - 0,07% Coverage

perception of future growth opportunities. Missions help define those opportunities in ambitious ways

Reference 7 - 0,05% Coverage

This is a way to steer economic growth in ways that are more meaningful

Reference 8 - 0,05% Coverage

Rather they present a means to focus on opportunities for investment-led growth

Reference 9 - 0,10% Coverage

missions are both a means of setting economic growth in the direction of where we want to be as a society and a vehicle we can use to get there

- **Documento II (Draghi)**

Reference 1 - 0,01% Coverage

technologies that will drive future growth

Reference 2 - 0,02% Coverage

The only way to meet this challenge is to grow and become more productive

Reference 3 - 0,02% Coverage

This report identifies three main areas for action to reignite sustainable growth

Reference 4 - 0,02% Coverage

The global decarbonisation drive is also a growth opportunity for EU industry

Reference 5 - 0,04% Coverage

But for it also to become a source of growth for Europe, we will need a joint plan spanning industries that produce energy and those that enable decarbonisation such as clean tech and automotives

Reference 6 - 0,02% Coverage

Slower productivity growth has in turn been associated with slower income growth and weaker domestic demand in Europe

Reference 7 - 0,04% Coverage

The core focus of a competitiveness agenda should be to raise productivity growth, which is the most important driver of long-term growth and leads to rising standards of living over time

D3. Redistribuição explícita

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,05% Coverage

how to best share the rewards in ways that benefit society the most

Reference 2 - 0,03% Coverage

should aim to improve society's welfare

Reference 3 - 0,12% Coverage

being connected to debates in society about what the key challenges are, like sustainability, inequality, health, climate change, and increasing the quality of the welfare state

- Documento II (Draghi)

Reference 1 - 0,04% Coverage

Likewise, we do not collaborate enough on innovation, even though public investments in breakthrough technologies require large capital pools and the spillovers for everyone are substantial

Reference 2 - 0,04% Coverage

The core focus of a competitiveness agenda should be to raise productivity growth, which is the most important driver of long-term growth and leads to rising standards of living over time

Reference 3 - 0,02% Coverage

A European approach must ensure that productivity growth and social inclusion go hand-in-hand

D4. Sustentabilidade Ambiental

- Documento I (Mazzucato)

Reference 1 - 0,22% Coverage

Whether that be to have clean air to breathe in congested cities, to live a healthy and independent life at all ages, to have access to digital technologies that improve public services, or to have better and cheaper treatment of diseases like cancer or obesity that continue to affect billions of people across the globe

Reference 2 - 0,12% Coverage

being connected to debates in society about what the key challenges are, like sustainability, inequality, health, climate change, and increasing the quality of the welfare state

- **Documento II (Draghi)**

Reference 1 - 0,04% Coverage

Decarbonisation could be an opportunity for Europe, both to take the lead in new clean technologies and circularity solutions, and to shift power generation towards secure, low-cost clean energy sources

Anexo II: Relação documentos-subcategorias

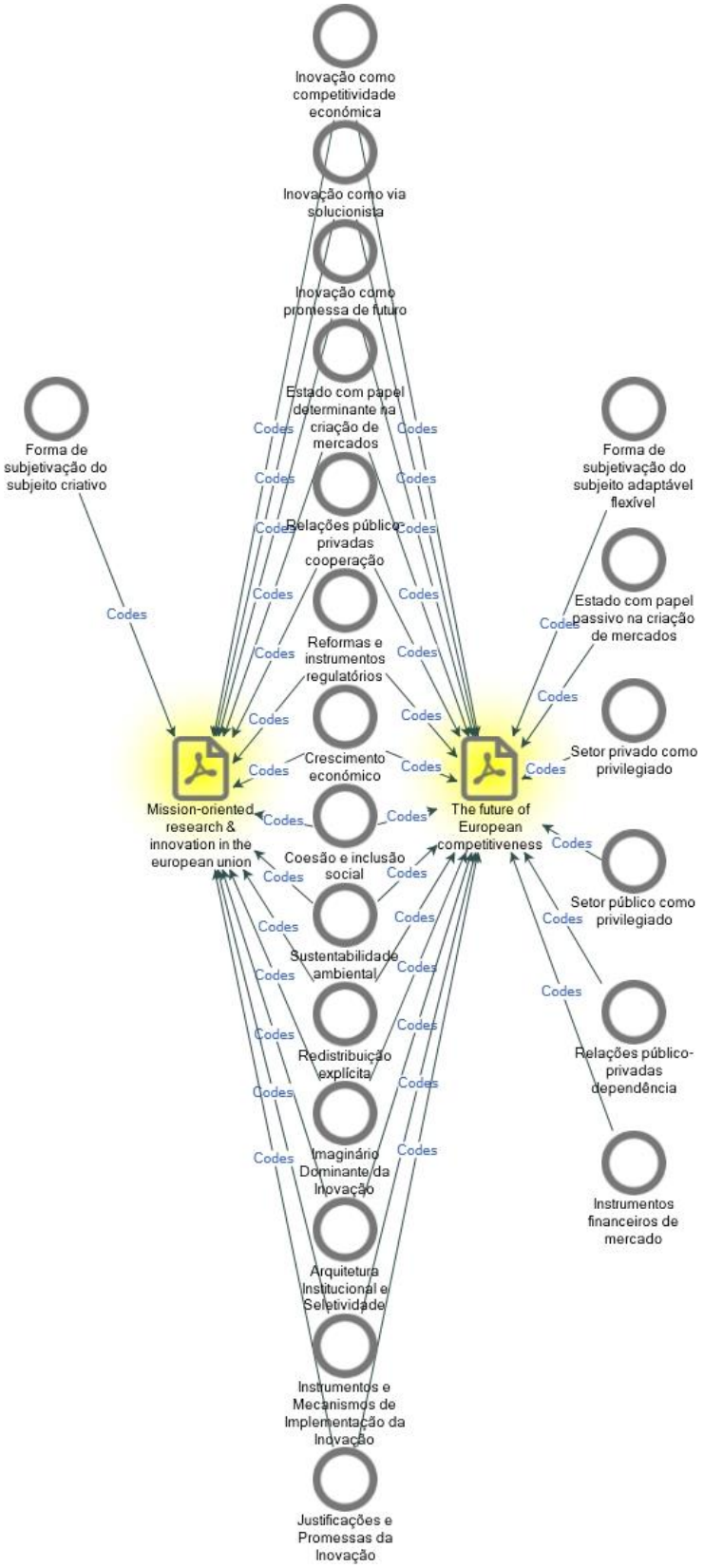


Figura 5 – Relação entre documentos-subcategorias.